

**DENIS OFFMANN**

**EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ E  
SEUS DETERMINANTES: ENFOQUE NA EDUCAÇÃO E NA POBREZA**

**Monografia apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em  
Economia no Curso de Ciências Econômicas,  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da  
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Luiz Alberto Esteves**


**CURITIBA  
2008**

## TERMO DE APROVAÇÃO


DENIS OFFMANN

### EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ E SEUS DETERMINANTES: ENFOQUE NA EDUCAÇÃO E NA POBREZA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia no Curso de Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos seguintes professores:

Orientador:  Prof. Luiz Alberto Esteves  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

  
Prof. José Gabriel Porcile Meirelles.  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

  
Prof. Fábio Dória Scatolin  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Curitiba, 18 de Novembro de 2008.

## AGRADECIMENTOS

Principalmente a Deus que me proporcionou o dom da vida e concedeu a oportunidade de cursar uma universidade.

Aos meus Pais Valdino (*in memoriam*) e Reni que sempre foram exemplos. Também relato minha gratidão por todo amor e dedicação concedida no cuidado de mim e dos meus irmãos.

Aos professores, instigadores do conhecimento, fazendo do seu trabalho uma forma de melhorar a sociedade através dos pensamentos compartilhados.

E a todos aqueles que ao longo da minha vida favoreceram o aprendizado e fomentaram o desejo de ser sempre melhor.

“ Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça,  
porque serão saciados! “

Mateus. 5, 5

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal verificar a relação da distribuição de renda, medida pelo coeficiente de Gini, com o nível de escolaridade medido em anos e o patamar de pobreza, nos municípios do Estado do Paraná durante o período de 1991 e 2000. Os objetivos específicos partem de uma averiguação do problema da concentração brasileira, compreendida na sua formação econômica historicamente marcada pelo início colonial e perpassa pela verificação da forte relação existente no país entre as diferenças de rendimentos e as desigualdades educacionais. Esta ligação é explicada com base na Teoria do Capital Humano que prega a melhoria dos rendimentos individuais a partir de investimentos educacionais. Para a **Unidade Federativa** foram utilizados dados do IBGE a fim de examinar como a educação tem influenciado os resultados na desigualdade. Está demonstrada no trabalho a fotografia das desigualdades para o início e o fim do período, e tem-se ainda a identificação dos municípios que mais reduziram e os que sofreram as elevações mais intensas na concentração de riqueza e bem estar.

Palavras-Chave: Distribuição de **Renda**. Escolaridade. Pobreza.

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - ILUSTRAÇÃO DOS 10 MUNICÍPIOS QUE MAIS REDUZIRAM E OS 10 QUE MAIS ELEVARAM A DESIGUALDADE NA DÉCADA DE 90.....	21
MAPA 2 - ILUSTRAÇÃO DOS NÍVEIS DE DESIGUALDADE NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ EM 1991.....	24
MAPA 3 - ILUSTRAÇÃO DOS NÍVEIS DE DESIGUALDADE NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ EM 2000.....	25

## LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1 - CORRELAÇÃO ENTRE A VARIÁVEL GINI ENTRE O ANO DE 1991 E O ANO 2000.....	33
GRAFICO 2 - CORRELAÇÃO ENTRE A VARIÁVEL POBREZA ENTRE O ANO DE 1991 E O ANO 2000.....	34
GRAFICO 3 - CORRELAÇÃO ENTRE A VARIÁVEL ESCOLARIDADE ENTRE O ANO DE 1991 E O ANO 2000.....	35
GRAFICO 4 - CORRELAÇÃO ENTRE A VARIÁVEL GINI DO ANO 1991 COM A VARIÁVEL POBREZA NO MESMO ANO.....	36

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - MUNICÍPIOS COM MAIOR REDUÇÃO NA DESIGUALDADE DE RENDA NO PARANÁ ENTRE 1991 E 2000 .....	22
TABELA 2 – MUNICÍPIOS COM MAIOR ELEVAÇÃO NA DESIGUALDADE DE RENDA NO PARANÁ ENTRE 1991 E 2000 .....	23
TABELA 3 - ESTATÍSTICA DISTRIBUTIVA PARA AS VARIÁVEIS GINI, POBREZA E ESCOLARIDADE PARA OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ (ANOS 1991 E 2000).....	26
TABELA 4 - ANÁLISE DISTRIBUTIVA PARA OS MUNICÍPIOS QUE POSSUEM POBREZA ACIMA DA MÉDIA NO ANO DE 1991 .....	28
TABELA 5 - ANÁLISE DISTRIBUTIVA PARA OS MUNICÍPIOS COM POBREZA ABAIXO DA MÉDIA DO ESTADO NO ANO DE 1991 .....	29
TABELA 6 – ANÁLISE DISTRIBUTIVA PARA OS MUNICÍPIOS COM POBREZA ACIMA DA MÉDIA DO ESTADO NO ANO 2000.....	30
TABELA 7 - ANÁLISE DISTRIBUTIVA PARA OS MUNICÍPIOS COM POBREZA ABAIXO DA MÉDIA DO ESTADO NO ANO 2000 .....	31

## **LISTA DE SIGLAS**

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PEA - População Economicamente Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
2 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, EDUCAÇÃO E POBREZA.....	7
2.1 TEORIA DO CAPITAL HUMANO.....	7
2.2 RELAÇÃO ENTRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E EDUCAÇÃO.....	11
2.2.1 Constatação empírica da relação entre a distribuição de rendimentos e a educação.....	14
2.3 POBREZA.....	15
2.3.1 Conceitos fundamentais.....	16
2.4 RELAÇÃO ENTRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E A POBREZA.....	18
3 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO PARANÁ E SUA RELAÇÃO COM OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E POBREZA.....	20
3.1 MUNICÍPIOS QUE MAIS DIMINUÍRAM E MAIS ELEVARAM A DESIGUALDADE.....	20
3.2 FOTOS DA DESIGUALDADE, 1991 e 2000.....	24
3.3 ESTATÍSTICA DISTRIBUTIVA.....	26
3.3.1 Análise Distributiva para municípios em relação a média da pobreza ano 1991.....	27
3.3.1.1 Análise distributiva para os municípios com pobreza acima da média.....	28
3.3.1.2 Análise distributiva para os municípios com pobreza abaixo da média.....	29
3.3.2 Análise Distributiva Para Municípios Em Relação a Média da Pobreza ano 2000.....	30
3.3.2.1 Análise distributiva para os municípios com pobreza acima da média.....	30
3.3.2.1.1 Comparação: municípios com pobreza acima da média, com todos os municípios.....	30
3.3.2.1.2 Comparação: municípios com pobreza acima da média em 1991 e 2000.....	31
3.3.2.2 Análise distributiva para os municípios com pobreza abaixo da média.....	31
3.3.2.2.1 Comparação: municípios com pobreza abaixo da média, com todos os municípios.....	32
3.3.2.2.2 Comparação: municípios com pobreza abaixo da média em 1991 e 2000.....	32
3.4 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO.....	33
4 CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS.....	39
ANEXO.....	43
ANEXO 1.....	43
ANEXO 2.....	44
ANEXO 4.....	45
ANEXO 5.....	46
ANEXO 6.....	46

## INTRODUÇÃO

O Brasil tem sido notoriamente conhecido como um dos países que possuem a maior desigualdade de renda do mundo, de acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento) o país ocupava o 8º lugar em nível de desigualdade da renda em um ranking com 126 países, ficando atrás de países como Bolívia, Colômbia, Paraguai e Nicarágua. Nossa realidade é que os 10% mais ricos detêm cerca de 50% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres concentram menos de 10% da renda, Barros (2001, p. 18).

Esta síndrome existente no país provém de um processo histórico que inclui a América Latina de maneira geral. Hoffmann<sup>1</sup> (2002) afirma que a explicação para níveis de desigualdade tão elevados em comparação com os internacionais, inicia-se com a compreensão da formação econômico-social das antigas colônias de Portugal e Espanha. Outro aspecto importante foi a elevada concentração de posse das terras, quando a economia desses países latinos possuíam como núcleo a produção e exportação de produtos primários. No caso brasileiro, essa colonização se deu via capitânicas hereditárias<sup>2</sup>, Furtado (1961, p. 58) destaca a extrema concentração da renda na economia açucareira colonial “A renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada em mãos da classe de proprietários de engenho”, o autor deixa ainda mais claro o nível crítico de concentração em que o país se encontrava nesse período de colônia açucareira:

Tudo indica, destarte, que pelo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana.

A utilização dessa massa enorme de renda que se concentravam em tão poucas mãos constitui um problema difícil de elucidar. (FURTADO, 1961, p.59).

---

<sup>1</sup> Rodolfo Hoffmann – professor de Economia da Unicamp, tendo obtido na Esalq-USP os títulos de mestre (1967), doutor (1969), livre-docente (1971) e professor titular (1981)

<sup>2</sup>Segundo o site HISTÓRIADOBRASIL.NET - Entre os anos de 1534 e 1536, o rei de Portugal D. João III resolveu dividir a terra brasileira em faixas, que partiam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Estas enormes faixas de terras, conhecidas como Capitânicas Hereditárias, foram doadas para nobres e pessoas de confiança do rei. Estes que recebiam as terras, chamados de donatários, tinham a função de administrar, colonizar, proteger e desenvolver a região. Cabia também aos donatários combater os índios de tribos que tentavam resistir à ocupação do território. Em troca destes serviços, além das terras, os donatários recebiam algumas regalias, como a permissão de explorar as riquezas minerais e vegetais da região. Disponível em: <<http://historiadorbrasil.net/capitaniashereditarias/>> acesso em 20 de outubro de 2008.

O Mesmo, ao analisar as conseqüências da abolição do trabalho escravo, demonstra que no caso brasileiro não houve nenhuma alteração significativa na distribuição de renda:

Nesse caso extremo a redistribuição da 'riqueza' não teria sido acompanhada de quaisquer modificações na organização da produção ou na distribuição da renda. O caso extremo oposto seria aquele em que a oferta de terra fosse totalmente elástica: os escravos, uma vez liberados, tenderiam, então, a abandonar as antigas plantações e a dedicar-se à agricultura de subsistência. Neste caso, as modificações na organização da produção seriam enormes, baixando o grau de utilização dos fatores e a rentabilidade do sistema. Esse caso extremo, entretanto, vendo-se privados da mão-de-obra, tenderia a oferecer salários elevados, retendo por essa forma parte dos ex-escravos. A conseqüência última seria, portanto, uma redistribuição da renda em favor da mão-de-obra. No Brasil não se apresentou nenhum dos dois casos extremos ... (FURTADO 1961 p.158).

O autor descreve que durante a economia cafeeira quando já implantado o sistema assalariado o país conseguia gerar concentração, "havia, portanto, uma tendência à concentração da renda nas etapas de prosperidade".

Sevcenko<sup>3</sup> ao questionar o problema da desigualdade no Brasil corrobora com a idéia de que a concentração brasileira é uma herança colonial :

Ela vem de um padrão histórico derivado do passado colonial e escravista, com grande concentração da propriedade fundiária. Desde a origem, o país tem uma pequena elite dominante que possui absolutamente tudo e uma população de base totalmente despossuída por definição. O processo de republicanização, de integração do Brasil no projeto das democracias modernas, significaria redistribuição da propriedade, recomposição dos direitos e criação de uma igualdade fundamental. Mas isso não aconteceu e o padrão histórico permaneceu intacto. (SEVCENKO, 2003 p. 38).

O período do pós-guerra foi um pouco melhor, havendo diminuição na desigualdade de renda no país. Entretanto Furtado (1961, p.244), relata que esse processo redistributivo foi em favor dos empresários, ocorrendo dentro de certas condições e limites, pôde favorecer o desenvolvimento econômico.

Durante as décadas 60 e 70<sup>4</sup> o país foi marcado por um período de crescimento econômico e elevação no nível de desigualdade da renda, motivo este que segundo Hoffmann (2001) transformou-se em elemento importante na crítica da política econômico-social dos governos militares. De acordo com o autor, o trabalho de Langoni " Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil" ,

---

<sup>3</sup> NICOLAU SEVCENKO – Professor de História da Cultura da Universidade de São Paulo (USP) em entrevista a revista CARTA CAPITAL em outro de 2003.

<sup>4</sup> A partir de 1964 o país se encontrava sob o domínio do Regime Militar, situação esta que perdurou até 1985.

realizado com o apoio do então ministro da Fazenda, professor Antonio Delfim Netto, foi determinante para estabelecer um consenso sobre o aumento da desigualdade entre os anos 60 e 70.

Ferreira (2000)<sup>5</sup> descreve sobre a literatura inicial da desigualdade no Brasil e destaca o debate Fishlow-Langoni, nessa discussão ambos defendiam e mostravam que a desigualdade durante os anos 60 havia aumentado, contudo, cada trabalho apresentava sua visão de causa principal do problema, sendo distinta uma da outra.

Fishlow encontrava a causa no funcionamento do mercado de trabalho, ou seja, consideravam com maior importância Ferreira (2000, p.9) “o papel de políticas públicas regressivas sobre as duas funções do mercado de trabalho, que influenciavam a natureza mesma dos postos de trabalho, no que dizia respeito ao poder de barganha do trabalhador, às suas liberdades de assembleia e organização, etc.” O autor ainda afirma que esta visão destaca as políticas do golpe militar em 1964, como sendo causadoras de certa amplificação da desigualdade durante a década de 60. Afinal, a partir daquele momento, os trabalhadores perderam força para barganhar por melhores salários e via processo inflacionário, tiveram seus rendimentos deteriorados.

A visão de Longoni e seus “seguidores” encontraram no papel da educação (tanto a sua distribuição quanto em sua natureza dos retornos a ela) o principal determinante da distribuição de renda brasileira. Em seu estudo encomendado pelo “braço tecnocrático do regime militar”, Ferreira aponta como de excepcional qualidade acadêmica, Carlos Langoni não encontrava grande poder explicativo em conjunturas salariais ou inflacionárias, ele apontava para o papel da educação.

A importância da educação ficou evidente, não só para as diferenças observadas de renda em cada ano, mas também para o aumento de desigualdades durante o período. Os coeficientes desta variável (...) são os de maior magnitude e de maior significância entre todas as variáveis incluídas na regressão.” (LANGONI, 1973, p.208).

Na década de 80 o país passou por um período de declínio econômico, não tendo praticamente crescimento nenhum e em alguns anos teve até mesmo recessão, ou seja, o PIB ( Produto Interno Bruto) em determinado ano foi menor que o anterior, tornando a concentração de renda e pobreza em patamares mais elevados. Um dos principais motivos foi a alta inflação verificada no período.

---

<sup>5</sup> Este trabalho foi realizado em preparação para apresentação no Seminário sobre Desigualdade e Pobreza no Brasil, Rio de Janeiro, 12 – 14 de agosto de 1999.

O Coeficiente de Gini partiu de 0,50 em 1960, para 0,63 em 1970, esses dados foram encontrados em (BARROS; MENDONÇA; ROCHA, 1995), e demonstrou um aumento muito forte da desigualdade que foi acompanhado por impacto na pobreza que culminou na elevação desta.

Ao averiguar as camadas da população que mais foram prejudicadas, Barros, Mendonça e Rocha (1995), mostram que na década de 60 os que mais sofreram com a concentração de poder aquisitivo se encontravam nas camadas intermediárias da sociedade, enquanto nos anos 80 e 90, foram as classes mais pobres que padeceram.

Se medir a desigualdade em 1989, utilizando como medida a razão entre a proporção da renda absorvida pelos 10% mais ricos e a proporção da renda absorvida pelos 40% mais pobres, e comparar com outros países, podemos verificar que a renda de um indivíduo entre os 10% mais ricos seria até Quatro vezes maior que a renda de um indivíduo entre os 40% mais pobres em um país como a Bélgica, por exemplo, enquanto no Brasil essa relação chegaria em até 10 vezes (BARROS; MENDONÇA, 1995, p. 12), ou seja, a disparidade entre ricos e pobres brasileiros é muito mais intensa do que para os belgas.

A Década de 90 inicia-se com um valor de desigualdade em torno 0,63 e encerra em 2000 com 0,64 segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), tendo assim um leve aumento na desigualdade.

Felizmente, os gráficos da desigualdade têm sofrido alterações redutivas a partir, ou seja, as diferenças de rendimentos entre as pessoas da sociedade têm diminuído. O coeficiente de Gini para o Brasil reduziu em 2003 para o patamar de 0,58 e em 2005 para 0,566, ou seja, entre 2003 e 2005 a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini no país caiu a uma média de 1,2% ao ano, (BARROS; CARVALHO<sup>6</sup> 2006, p.109). Dentro desse período de maneira geral houve queda na concentração de rendimentos, contudo o período entre 2003 e 2005, como verificado, teve destaque.

Barros e Carvalho (2006), “de 2001 a 2005 a razão entre a renda dos 20% mais ricos e dos 20 % mais pobres teve decréscimo de 21% e proporção entre a

---

<sup>6</sup> Estimativas produzidas a partir das Pnads de 1995 a 2005. A evolução da desigualdade apresentada pelos autores é com base na renda familiar *per capita* no Brasil.

renda dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres declinou 16%.” Sendo assim, é nítida a queda na desigualdade no Brasil neste período analisado.

O nível de pobreza no país também tem diminuído, o país parte de um nível de miséria<sup>7</sup> em torno de 35,5% para 28,8%, em 1995 e em 2003 estava com 28,2% de sua população vivendo abaixo da linha da miséria e em 2005 alcançou o patamar dos 22,7%, tendo uma queda acumulada em torno de 35% de 1995 a 2005, (FGV, 2006, p.3)

Alguns fatos importantes têm sido apontados como responsáveis pela melhoria desses indicadores de queda da pobreza e na redução da concentração de renda nos últimos anos.

O primeiro é a implantação do plano Real que trouxe controle da inflação e fortalecimento de uma moeda brasileira,

O Plano Real difere de planos anteriores em pelo menos dois fortes pontos. Primeiro, ele abrangeu um bem sucedido processo de desindexação, que foi baseado no estabelecimento de uma unidade transitória inteiramente indexada à inflação. Segundo, foi em um ambiente econômico mais aberto ao exterior com a moeda corrente de alguma forma supervalorizada. (...) A partir de então, houve uma mudança nos preços relativos contra os setores transacionais em favor dos setores não-transacionais – que beneficiou trabalhadores de baixa renda. (FGV, 2006, p. 23).

O segundo no governo Lula, é a intensificação de alguns programas sociais ou a criação de outros como o Bolsa-família criado em 2003, além dos aumentos relevantes dos salários mínimos. Assim os programas de transferência de renda teriam colaborado também para a diminuição da pobreza e da disparidade de rendimentos:

A partir de 2000, com a criação do Fundo de Erradicação da Pobreza, houve uma gradual adoção dos programas, proveniente do governo central para os municípios que apresentavam os menores níveis de Índice de Desenvolvimento Humano. A expansão de programas focalizados de transferências de renda condicionada, como o Bolsa-escola, e agora o Bolsa Família, ajudaram a combinar componentes compensatórios e estruturais. A disponibilidade e expansão das redes de proteção social a partir de 2000 geraram um impacto pró-pobre em muitas instâncias. (FGV, 2006 p. 29).

Mesmo com a redução da pobreza e da desigualdade de renda nos últimos anos, elas permanecem sendo grandes “traumas” que perseguem o Brasil desde sua origem colonial, desta forma tem-se por objetivo principal neste trabalho, verificar possível relação existente entre as diferenças de rendimentos e a variável

---

<sup>7</sup> Definida como a parcela da população que possui renda *per capita* inferior a R\$ 121,00.

educação (medida em anos de escolaridade) e a pobreza para os municípios do Paraná. O período escolhido para esta análise foi a década de 90, em razão da implantação do plano Real.

Além disso, pretende-se realizar uma breve revisão teórica da distribuição de renda e sua possível relação de dependência com a educação (nível de escolaridade) à luz da teoria do Capital Humano, além de sua provável relação de causalidade com o nível de pobreza, tendo ainda uma verificação empírica dessas relações para a Unidade Federativa do Paraná, sendo esses os objetivos específicos.

## 2 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, EDUCAÇÃO E POBREZA

O debate sobre a distribuição de renda vem desde o início da análise econômica, tendo sido considerada um tema particularmente controverso não só por sua complexidade como pela elevada carga de julgamentos na questão.

Durante muito tempo os estudos foram focados em torno do conceito da distribuição funcional da renda, isto é, uma preocupação que inicia na origem da renda, isto é, procura identificar de qual dos diversos fatores de produção ela é resultado (terra, trabalho, capital). Essa discussão que tem como principais representantes Ricardo e Marx, tem sido substituída nos anos atuais, pela idéia da distribuição pessoal da renda, a distribuição entre os indivíduos, (RAMOS; REIS, 1964, p. 21).

A análise da distribuição pessoal da renda objetiva verificar “o processo de distribuição de renda entre os agentes econômicos a um nível bastante atomizado, em última análise ao nível dos indivíduos” (RAMOS; REIS, 1964, p.26)

Para este trabalho adotamos o conceito de distribuição pessoal da renda, de modo que pretende-se entender o processo pessoal de apropriação da renda que fora gerada no sentido global.

### 2.1 TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A idéia central dessa teoria é a de que o capital humano é fruto de investimento em educação ou em treinamento das habilidades, gerando desta maneira, criação de conhecimento. Ainda, é possível constatar que nas economias modernas o grau de educação dos indivíduos está relacionado a melhora nos rendimentos pessoais dos mesmos.

“ A relação entre nível de educação e remuneração do trabalho é justificada a *priori* pela teoria do capital humano. Os investimentos em educação resultam em acréscimos de produtividade, cuja contrapartida no mercado são ganhos de salário real e que se constituem justamente nos benefícios (privados) destes investimentos”( LANGONI, 1973, p. 103)

A teoria do Capital Humano afirma que a elevação do nível educacional afeta positivamente os rendimentos futuros, portanto, a disseminação do conhecimento



resultaria numa elevação da mão-de-obra empregada. Sendo assim possível tratar a educação como uma espécie de capital, posto que melhora a produtividade daquele indivíduo que dela auferir os benefícios.

Em outras palavras, a educação e a formação das pessoas em um tempo presente tornam sua capacidade produtiva mais elevada assumindo assim uma renda superior no tempo futuro. Sendo assim o indivíduo devidamente educado e formado, terá um diferencial para definição de seu salário, normalmente proporcionando uma adição, onde desta forma, a educação seria algo comparado a uma espécie de investimento com retorno futuro.

Teoria esta que vem sendo estudada há tempos, e sido criado o conceito de Capital Humano a partir da publicação de um artigo na revista científica americana *Journal of Political Economy* escrito por Theodore Shultz, embora tenha sido Adam Smith quem melhor o ilustrou em seus escritos. Foi na década de 60 que o professor da Universidade de Chicago, fez a publicação dos textos que formalizaram sua nova teoria que repercutiu mundialmente, conferindo-lhe o Prêmio Nobel de Economia no ano de 1979.

Tendo sido apresentado de forma conceitual, o capital humano é visto como um investimento que tem orientação para o desenvolvimento educacional e profissional das pessoas, além da vantagem dele constituir uma forma de indicador para o desenvolvimento de um país.

Também pode-se mencionar que o capital humano vem a indicar as competências e habilidades individuais que proporcionam à pessoa melhores possibilidades de receber valores maiores de renda. Com isso, é possível dizer que a remuneração de uma pessoa pode estar intimamente ligada ao seu grau de escolaridade e qualificação profissional.

Dentre as teorias que vem a justificar a distribuição desigual da renda, tem-se justamente a Teoria do Capital Humano, que prevê que os diferenciais de renda estariam refletindo-se nos vários graus de treinamento e escolaridade das pessoas. Smith no seu livro "A Riqueza das Nações" descreve sobre a diferença nos talentos de cada pessoa, e que isso não seria apenas algo natural, mas sim moldado por outros fatores, como a formação e a educação:

Na realidade, a diferença de talentos naturais em pessoas diferentes é muito menor do que pensamos; a grande diferença de habilidade que distingue entre si pessoas de diferentes profissões, quando chegam à maturidade, em muitos casos não é tanto a causa, mas antes o efeito da divisão do trabalho. A diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação. (SMITH, 1983, p. 51).

A Teoria do Capital Humano traz a afirmação de que um maior grau de escolaridade estará contribuindo de forma direta para o desenvolvimento das condições de vida das pessoas, uma vez que um aumento na renda é consequência de sua melhor qualificação, pois assim poderia estar obtendo melhores posições para atuar no mercado de trabalho. Pode-se dizer então que, se há um aumento na produção individual, especialmente por existir uma melhor capacitação profissional, faz-se com que os próprios trabalhadores venham a ser favorecidos pelo aumento do seu nível salarial.

Langoni também é bastante enfático ao mencionar que a educação é um fator que irá desenvolver o capital humano e assim ampliar a renda:

Tomando-se a educação formal como uma das formas mais importantes de acumular capital humano, trata-se apenas de comparar os benefícios destes investimentos com os seus custos. Os custos compreendem todos os gastos correntes (professores, material de consumo, livros, etc), os custos de capital (aluguel do prédio, ou do equipamento escolar) e a renda sacrificada pelo estudante por não poder trabalhar (pelo menos em tempo integral). Os benefícios correspondem exatamente ao acréscimo de produtividade decorrente destes anos adicionais de estudo que, numa economia de mercado, tomam forma de acréscimos de salário real. (LANGONI, 1973, p. 139).

Isso indica que o que levaria uma pessoa a aumentar seu nível de escolaridade seria a possibilidade de maiores ganhos futuros, pois trata-se de um fator determinante para a qualificação da renda. No entanto, teria que abdicar do lazer presente, pois existe a necessidade de usar grande parte do tempo em estudo e aprimoramento profissional, para poder evoluir intelectual e profissionalmente, como garantia de um futuro promissor.

Pode-se então dizer que o próprio indivíduo estaria definindo o quanto irá investir em sua educação, levando em conta quais serão suas expectativas futuras, considerando obviamente que há uma suposição da possibilidade de acesso à educação e qualificação distribuídas igualmente entre toda a população.

Também se tem em Smith uma linha de pensamento que se aproxima muito do contexto do capital humano, fazendo a comparação entre o homem e uma máquina, levando em conta os lucros, que serão proporcionados com a aplicação da educação.

Baseando-se na citação de Frigotto, observa-se que:

Um homem educado à custa de muito esforço e tempo para qualquer emprego que exige destreza e qualificações especiais pode ser comparado a uma daquelas máquinas caras. O trabalho que ele aprende a realizar, como será de esperar, acima dos salários habituais da mão-de-obra comum, compensar-lhe-á todo o custo de sua educação, com pelo menos, os lucros habituais de um capital igualmente valioso. FRIGOTTO (1989, p. 135).

É importante destacar que na época de Adam Smith, David Ricardo entre outros, a educação não era considerada algo de extrema importância, inclusive não sendo mencionada de forma constante. Pois neste período, o que valia era a mão-de-obra dos operários que desenvolviam tarefas repetitivas, situação na qual a educação não gerava benefícios à produtividade que é objetivo maior dos capitalistas.

Embora a idéia central do capitalista não tenha sido alterada, sua percepção aguçou-se consideravelmente deste o tempo em que eram mínimas ou inexistentes as chances de ascensão profissional e assim tão pouco almejadas, pois não havendo uma linha adequada de hierarquia, havia na verdade o impedimento ao crescimento da empresa e do profissional dentro desta.

Em uma abordagem um pouco mais atual, Castro (2002) em sua reportagem, analisa a questão da educação de maneira não formal, mostrando que muitas vezes as pessoas são capacitadas através de suas próprias empresas, universidades corporativas, e-learning<sup>8</sup>, e cursos até mesmo não regulamentados; podendo prejudicar as estatísticas referentes à educação no país.

O mesmo autor procura relacionar o capital humano com o problema que os números no Brasil trazem referente à educação, sendo assim Castro relata que:

---

<sup>8</sup> HSMMANAGEMENT – Tradução de e-learning – também conhecido como “aprendizado eletrônico” ou “educação à distância”; agrupa verbetes como: “capacitação baseada em computador”, “extranet”, “ferramentas de autoria”, “gestão de competências”, “hospedagem”, “intranet”, “multimídia”, “objeto de aprendizado”, “plataformas de aprendizado”, “requisitos de negócio”, “sistema de gestão de aprendizado” – tradução disponível em: <[http://www.hsm.com.br/hsmmanagement/edicoes/numero\\_29/dicionario\\_lear.php](http://www.hsm.com.br/hsmmanagement/edicoes/numero_29/dicionario_lear.php)> acesso realizado em 20 de outubro de 2008.

Pela teoria do capital humano, a educação é o mais importante fator para explicar por que alguns países crescem e outros não. E, em sociedades modernas, o conhecimento tem papel cada vez mais importante. Mas, no Brasil, dá um nó. Temos estatísticas educativas parecidas com as do Paraguai e as da Bolívia e piores que as do Peru, países bem mais pobres que o nosso. Como terá sido possível distanciar-se deles com o pífio desempenho mostrado por nossas estatísticas de educação? Será que a teoria do capital humano está errada? Ou são os números? (CASTRO, 2002, p.1).

Singer fazer uma associação entre salários e o nível de desenvolvimento do capital humano de cada trabalhador:

O salário seria a remuneração de um 'capital humano' acumulado em cada indivíduo e sendo este 'capital humano' mínimo nos poucos qualificados, seu salário não pode deixar de ser baixo. Este tipo de raciocínio é geralmente 'comprovado' por análises estatísticas que revelam haver elevada correlação entre o grau de escolaridade (considerado elemento primordial do "capital humano") e o nível de renda. SINGER (1981, p. 174).

Sendo assim, é importante que exista um interesse tanto pelas empresas como pelo próprio funcionário em desenvolver suas aptidões e com isso, gradativamente gerar uma contribuição para a economia. Pois, o aprimoramento do capital humano através da educação é elemento fundamental para o desenvolvimento intelectual e profissional do indivíduo, definindo a ocupação dos melhores postos de trabalho o que refletirá diretamente sobre a situação salarial.

## 2.2 RELAÇÃO ENTRE DITRIBUIÇÃO DE RENDA E EDUCAÇÃO

Podem ser constatadas diversas relações da variável central deste estudo, com outras variáveis. Neste caso o objetivo é verificar que a educação ou a evolução na qualificação profissional reflete diretamente no salário das pessoas, determinando uma divisão nas camadas da sociedade, acentuando cada vez mais a desigualdade de renda entre ricos e pobres, ou seja, diferenças que já possuem representatividade histórica e que venham reincidir nos tempos atuais.

A teoria do capital humano defende que os indivíduos adquirem uma formação escolar numa fase anterior à entrada no mercado de trabalho. A idéia subjacente à essa idéia é que quanto maior for o investimento em educação, maior tende a ser a remuneração desse indivíduo durante sua vida ativa no mercado de trabalho.

O argumento de que o acesso à educação permitiria uma alteração negativa no nível de concentração de renda é defendida por Singer:

O desenvolvimento econômico tinha privilegiado os indivíduos possuidores de grande “capital humano” – sobretudo educação escolar – e que, à medida em que o acesso à educação se difundisse, a concentração da renda tomar-se-ia cada vez menor. Esta interpretação tinha base nos dados, desde que se aceitasse que a escolaridade era a causa da renda percebida pelos indivíduos. SINGER (1981 p. 12).

Corroborando o argumento apresentado na citação anterior, têm-se Becker (1964), afirmando que investimentos em educação proporcionam retornos comparáveis a investimentos em bens de capital, sendo a educação uma poderosa ferramenta para alterar a distribuição de renda na sociedade. Cacciamali e Freitas (1991) destacam que o aumento no capital humano da força de trabalho menos qualificada iria torná-la mais produtiva, passando a receber maior renda.

Langoni (1976, p.153) ao realizar afirmações sobre a diferença da renda diz que “a característica dual do mercado de trabalho em que coexiste um excesso de oferta de mão-de-obra não qualificada e falta mão-de-obra qualificada, é um dos fatores fundamentais por trás do aumento desigualdade a distribuição de renda”

Os autores defendem a idéia fundamental apresentada de que a educação, tendo como principal via, ou canal, o mercado de trabalho; realiza alterações no salário dos trabalhadores, conseqüentemente cria-se uma mudança na maneira como a riqueza está alocada nas distintas camadas da sociedade.

A questão retratada por Oliveira (2004) sobre a educação, é de que esta ocorre como uma disputa entre pessoas buscando preparação para obtenção dos melhores empregos, ou seja, aqueles que trazem uma remuneração mais elevada. Ele afirma que a educação é uma das únicas formas de regularizar ou amenizar a disparidade social, de modo que estas passariam apenas a ter maiores garantias de possibilidades a fim de concorrerem no mercado de trabalho e buscar um avanço em suas condições financeiras.

Em meio à conjuntura atual, marcada pela presença de novo simbolismo cultural, no qual a palavra central passa a ser a competitividade, a educação escolar, que deveria ser um instrumento de construção de relações mais solidárias entre as pessoas, passa a serem vistas apenas como instrumental de formação dos indivíduos para disputarem uma posição no mercado de trabalho. (OLIVEIRA, 2004, p. 10)

Apresenta-se então como crítica do autor, a afirmação sobre a educação, cuja finalidade é proporcionar às pessoas liberdade cultural, vem agindo simplesmente como uma forma de busca para melhores empregos e condição de vida digna. Pode-se, a partir deste comentário descrito afirmar que o único incentivo que muitos têm

encontrado para aumentar seu nível escolar é a expectativa de render-lhe maiores divisas econômicas.

O mercado de trabalho está cada vez mais exigente em relação ao capital humano, forçando-as a investirem cada vez mais em si. Fato este que ocorre, mesmo de maneira heterogênea, no mundo todo. Percebe-se aqui um dilema, sobretudo nas camadas econômicas mais inferiores, em que as pessoas não têm capital humano porque precisam trabalhar e não trabalham por que há ausência de capital humano.

Barros e Mendonça (1995, p.47) descrevem que “como acontece com qualquer outra característica individual que influencia produtividade e salário, a relação entre educação e desigualdade salarial depende de dois fatores: grau de desigualdade entre trabalhadores com respeito à educação e sensibilidade dos salários ao nível educacional”.

O primeiro fator levantado pelos autores estaria relacionado às diferenças de escolaridade que possuem os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, e o segundo implica na questão que o mercado de cada país tem valorizado a educação de maneira diferente. Com isso quanto maior for a importância da educação para as empresas de certa nação maior tende a ser a sensibilidade dos salários ao nível educacional. Neste caso, um indivíduo que estiver empregado no país com maior sensibilidade dos salários à educação, tende a receber remuneração mais elevada que aquele com o mesmo nível de instrução que esteja noutro mercado com sensibilidade inferior.

Outra questão que tem sido incluída pelos autores é a questão da tradição educacional, na qual os filhos herdam dos pais maiores informações ou hábitos superiormente intensos de buscar conhecimento, ou seja, se certo casal de pais com nível de escolaridade elevado transmite a seus filhos uma tradição educacional que proporcionará a este maior capital humano que pais de menor nível escolar forneceriam a seus filhos.

Singer (1981, p. 175) retrata essa situação, ele pressupõe que pessoas que vêm de famílias com nível social mais elevado, possuem ampla vantagem em relação aos outros, visto que estes adquiriram pela tradição familiar um nível de educação mais elevado. Desta forma a origem de cada um, é apresentada pelo autor como uma “pirâmide educacional que estará refletindo a pirâmide de estratificação social e econômica”.

O mesmo descreve que “o sistema escolar transforma-se num gargalo, que antes impede do que estimula a mobilidade social ascendente”. Isto é, as famílias com condição financeira melhor podem proporcionar uma melhor condição educacional aos seus filhos, através da educação privada e pela tradição familiar. Temos assim um grande problema, em que, o sistema escolar pode proporcionar diferenças de renda caso o ensino que chega até as classes menos favorecidas seja de qualidade inferior. Se isto for verificado, o mercado de trabalho, com remunerações distintas, estaria reproduzindo as desigualdades geradas no nível de preparação.

Segundo Barros, (2000 p.1), um rápido e contínuo processo de ampliação e melhoria na educação seria uma condição fundamental para a equidade e desenvolvimento sócio econômico sustentável. Ele destaca ainda que, essa expansão seria essencial para a melhora das oportunidades individuais, uma vez que a educação é um insumo não transacionado, que é muito mais fácil de distribuir do que outros insumos físicos.

O autor propõe ainda que a melhoria educacional é fundamental para reduzir a desigualdade e a pobreza, principalmente por ser um bem reproduzível e que pode ser providenciado pelo governo.

### 2.2.1 Constatação empírica da relação entre a distribuição de rendimentos e a educação

Um dos principais trabalhos já desenvolvidos no Brasil que objetivou relacionar a causa da desigualdade de rendimentos com a educação, foi o de Langoni em 1973. A fundamental preocupação do autor era medir a proporção das diferenças de renda atribuídas à educação, idade, sexo, atividade e região e a contribuição marginal de cada uma destas.

O autor utilizou uma análise de variância a partir de uma regressão log-linear em que todas as variáveis são *dummies*. O modelo foi estimado pelo método clássico dos mínimos quadrados. A regressão foi produzida utilizando os dados dos censos demográficos de 1960 e 1970<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> O número correspondente de indivíduos para a Regressão foi de 248.699 para 1960 e 341.588 para o ano de 1970.

Langoni (1973 p. 108) “ há nítida tendência para a renda crescer com os anos de estudos, como era de esperar-se pela teoria do capital humano.” Ele demonstra ainda que “ as maiores diferenças de renda estão associadas às diferenças de níveis de educação.” Neste caso, a relação entre os que possuem curso superior com uma renda mais elevada é mais intensa do que a relação da renda para com as demais variáveis, fortalecendo a idéia de relação entre educação e disparidade de rendimentos.

No mesmo trabalho, o autor ao analisar a importância relativa de cada variável no modelo, verifica que houve um “substancial aumento de importância das diferenças em níveis de educação na parcela explicada de renda, passando de 10% em 1960 para 15% em 1970. Este último é aproximadamente o dobro da participação da segunda variável em ordem de importância, que é idade” Langoni (1973, p. 113). Houve assim um ganho de “poder explicativo” da variação no nível educacional que compreende as mudanças na disparidade de renda de 1970 em relação a 1960.

Embora ele reconheça que seu estudo foi limitado, explicando apenas 50% das alterações da desigualdade de rendimentos e 57% em 1970, considera-se o trabalho como de alto nível e reconhecimento acadêmico, e demonstra que no período analisado, as alterações no nível educacional causam efeitos no nível da concentração de renda.

## 2.3 POBREZA

Na Maioria das situações em que se discute o desenvolvimento econômico de um País, ou de um estado ou município, tangencia-se a questão da desigualdade na distribuição da renda, ou seja, a forma como os rendimentos são alocados entre os agentes econômicos, fundamentalmente aqueles originários do trabalho. Isso se dá pelo fato de que, apesar de um determinado território apresentar um PIB elevado, o mesmo nem sempre é distribuído de maneira proporcionalmente Igualitária, resultando em um processo de irradiação do crescimento econômico nos demais setores dessa economia, o qual eleva o nível de beneficiários do mesmo, isto é, uma elevação na qualidade de vida de sua população. Exemplo marcante desse fato seriam alguns dos grandes países produtores de petróleo do Oriente Médio, que



apresentam altos Produtos Internos Brutos, porém quase totalmente canalizados para a minoria dominante de xeiques.

Desta forma farei uma abordagem a fim de demonstrar como se dá a relação entre a distribuição de renda e a pobreza e os principais coeficientes para verificação dos níveis de desigualdade.

### 2.3.1 Conceitos fundamentais

A pobreza é uma variável, como outras, de caráter visivelmente econômico com reflexos fortemente sociais, e que possuem relação com muitas outras variáveis sociais importantes, como a mortalidade infantil, a fome, a desnutrição, a ausência de saneamento básico, o número de doenças, etc.

A idéia de pobreza é um tema de ampla discussão que gira em torno de algum tipo de privação, podendo ser material ou agregar elementos de ordem cultural e social em relação aos recursos disponíveis de um indivíduo ou de uma família.

Hagenaars e De Vos<sup>10</sup> *et al.*. (1988, citado por Hoffmann e Kageyama *et al.*, 2006 p, 81 ) relatam que os conceitos de pobreza podem ser enquadrados numa das três categorias seguintes:

- a) pobreza é ter menos do que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta );
- b) pobreza é ter menos do que os outros na sociedade (pobreza relativa);
- c) pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva).

Demonstram oito tipos de desigualdade que estão dentre das categorias citadas, Hagenaars; De Vos<sup>11</sup> *et al.*. (1988, citado por Hoffmann; Kageyama *et al.*, 2006 p, 81):

---

<sup>10</sup> HAGENAARS, A.; DE VOS, K. *et al.* The definition and measurement of poverty. The journal of human Resources, v.23, n. 2, p.211-221, Spring, 1988.

<sup>11</sup> HAGENAARS, A.; DE VOS, K. *et al.* The definition and measurement of poverty. The journal of human Resources, v.23, n. 2, p.211-221, Spring, 1988.

O enfoque das necessidades básicas (“*basic needs*”), que geralmente redundam no estabelecimento de uma linha de pobreza<sup>12</sup> em termos de renda (1) o enfoque baseado na Lei de Engel, que utiliza a proporção dos gastos com alimento na renda total da família; por exemplo, se mais de um terço da renda é gasto com alimentação, a família é considerada pobre (2); a razão entre os custos fixos (ou, mais propriamente, os gastos que dificilmente seriam cortados) do domicílio, como energia, transporte, educação, aluguel, etc., e a renda total (3); a razão entre gasto corrente e renda isto é, seria pobre a pessoa que recorre constantemente a empréstimos para sobreviver ou cuja relação gasto/renda é maior do que a unidade (4). Entre as definições de pobreza relativa destaca-se a privação relativa com referência a um conjunto de bens considerados comuns naquela sociedade (5). As definições de pobreza subjetiva podem ser de dois tipos: pobres são aqueles cujo nível de renda está abaixo daquele que consideram que seria o ‘exatamente suficiente’ para viver (6); uma outra abordagem que tenta conciliar a pobreza subjetiva com a idéia “*basic needs*” propõe que se indague às pessoas o que elas consideram como necessidades básicas está e depois se compare esse valor com sua renda disponível (7). Finalmente, pode-se definir como pobreza baseada no mínimo “oficial”, como a que é recebida quando a pessoa ou família está sob alguma forma de proteção ou assistência social (8).

O conceito de pobreza absoluta que apresenta a idéia de uma cesta de bens não considera uma cesta que não muda, pelo contrário ela deve se atualizar com o passar do tempo acompanhando as mudanças culturais, além de levar em consideração as diferenças geográficas.

A pobreza é normalmente definida como um estado de carência quanto à aquisição de renda para suprir as necessidades básicas de Consumo (RAVALLION, 2004).

Ao verificar de que maneira ocorre a repartição dos rendimentos, Pareto (1984, p. 32) traz a seguinte afirmação “existe certa renda mínima abaixo da qual os homens não podem descer sem perecer de miséria e de fome”, o que se constitui em uma aproximação ao conceito da linha de pobreza absoluta, ou seja, a insuficiência de renda para o atendimento das necessidades básicas do indivíduo, com alimentação, vestuário, instrução e demais bens imprescindíveis nos tempos atuais.

A visão mais radical do conceito relativo pode ser encontrada num trabalho de Hoffmann e Kageyama (2006 p. 82), estes propõem que o conceito de pobreza é relativo, assim como é relativo dizer que alguém é baixo ou pesado.

Esse novo olhar para esta questão tem como principal ícone Sen, que a partir de 1980, ele afirma que o conceito de pobreza pode assumir uma forma relativa no que se refere aos quais os bens considerados indispensáveis para viver em determinada sociedade, mas que tem um fundamento central baseado nas

---

<sup>12</sup> O Conceito de linha de pobreza oficial foi proposta por Mollie Orshansky no início dos anos 60, e está qualificada como o custo da cesta básica incluindo alimentos, vestuário, iluminação e aquecimento, e outros equipamentos domésticos.

capacidades. Desta forma os bens considerados necessários dependem da sociedade em que se qualificam, e que na ausência desses bens o ser humano sofre privações em seu direito de participar da forma convencional, da sociedade em que vive.

Sen desenvolveu a idéia de que a pobreza priva as pessoas de suas liberdades reais, que é descrita por ele (2000 p.19) como "liberdades substantivas (ou seja, a liberdade de participação política ou a oportunidade de receber educação básica ou assistência médica)". O conceito adotado por ele vai além de uma privação material, procura demonstrar de que maneira a pobreza afeta como um todo, a vida social dos pobres.

A forma de medir a pobreza na pesquisa empírica tem sido tema de grandes discussões. A metodologia mais simples, e mais comumente utilizada, de medir a pobreza é pela delimitação de um nível de renda (linha de pobreza) abaixo da qual as pessoas são classificadas como pobres.

#### 2.4 RELAÇÃO ENTRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E A POBREZA

Desta forma a relação entre a distribuição e o nível de pobreza seria para Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 41), "a estratégia de redução da pobreza solicita o crescimento da renda *per capita* ou a distribuição mais igualitária da renda". Quanto a isso, Pareto (1984), ainda durante sua explanação quanto à repartição dos rendimentos, afirma ser possível um aumento do rendimento mínimo ou uma diminuição da desigualdade na distribuição dos rendimentos, desde que o total dos rendimentos aumentasse mais rapidamente que a população, embora não tivesse apresentado nenhum mecanismo redistributivo e, por conseguinte redutor da pobreza. Portanto, torna-se necessário a existência de um processo de crescimento econômico, haja uma queda na desigualdade na distribuição da renda para que o mesmo seja usufruído por uma parcela maior da população.

Traz-se citação à questão específica da distribuição de renda como causa da pobreza, RAMOS e REIS (1991, p. 26 e 27) afirmam que:

Para um melhor entendimento das questões pertinentes à distribuição do bem-estar entre os indivíduos, assim como para compreensão das causas e dimensão da pobreza em uma sociedade, faz-se necessário o estudo do processo de distribuição de renda entre os agentes econômicos a um nível bastante atomizado, em última análise ao nível de indivíduos. De um modo mais global, é preciso que se compreenda quais são as Variáveis e mecanismos responsáveis pela determinação da renda de um indivíduo, para que se possa então discutir a possibilidade de desenvolvimento de políticas com o propósito de interferir no processo distributivo no sentido de reduzir desigualdade e pobreza na economia.

Souza (1997) relata que o processo de desenvolvimento econômico, entendido como o aumento do nível de bem-estar social, não deve estar associado apenas ao crescimento econômico, haja vista que os frutos do mesmo nem sempre beneficiam a economia como um todo.

Para um estudo sobre a pobreza e sua dimensão faz-se necessário verificar o processo de distribuição de renda, a fim de prever como a renda é dividida entre os trabalhadores, compreendendo-se quais as variáveis determinantes, para que se possam desenvolver políticas voltadas à redução da desigualdade e da pobreza (RAMOS ; REIS, 1991)

### **3 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO PARANÁ E SUA RELAÇÃO COM OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E POBREZA**

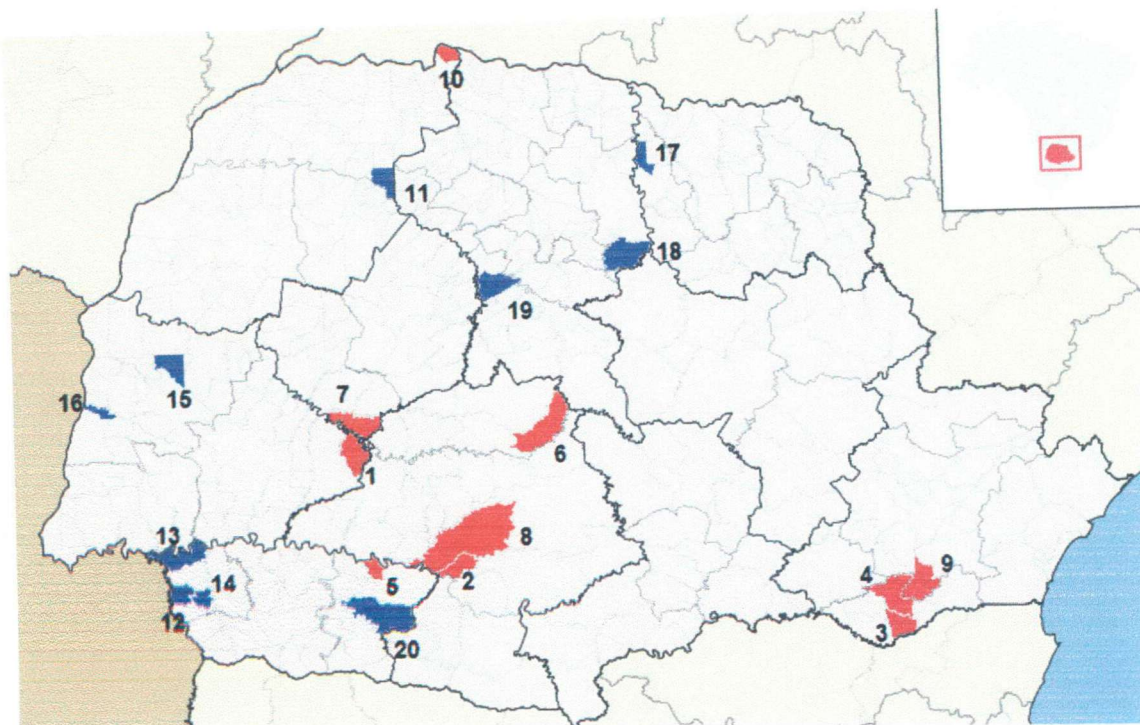
O Paraná está localizado na região Sul do Brasil, este surgiu de um desmembramento do estado de São Paulo no dia 19 de Dezembro de 1853, detém uma área territorial de 199.314,850 quilômetros, sendo composto por 399 municípios tendo a cidade de Curitiba como capital. A população estimada gira em torno de 10.284.000 habitantes de acordo com PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) (2007), em que 81,5% da população é urbana. O Estado teve um índice de analfabetismo estimado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2008) que ficou em 6,6% para pessoas com 15 anos ou mais, O PIB medido pelo IBGE em 2005 foi em torno de 126,621 Bilhões a preços de mercado corrente. Desta maneira, é o quinto estado mais rico do país, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Neste capítulo há a preocupação de verificar o comportamento da desigualdade no Paraná e uma possível relação com a pobreza e a educação.

Mensurar a variável educação é extremamente complicado, sendo que a ideal medida seria aquela que captasse sua natureza qualitativa e quantitativa. Como essa variável ideal para o Brasil é inexistente, foi utilizada para este trabalho a medida da escolaridade dos municípios para analisar a relação entre educação e desigualdade de rendimentos. Embora a média da escolaridade seja um conceito limitado para mensurar a educação, é uma medida muito importante para avaliar principalmente sua natureza quantitativa.

#### **3.1 MUNICÍPIOS QUE MAIS DIMINUÍRAM E MAIS ELEVARAM A DESIGUALDADE**

No mapa abaixo temos ilustrado (em vermelho) os municípios paranaenses que sofreram as maiores elevações na concentração de renda do Estado entre os anos de 1991 e 2000, e (em azul) aqueles que obtiveram os mais expressivos resultados positivos, ou seja, as quedas mais elevadas na desigualdade de renda. Além disso, por esta perspectiva, temos a noção visual de onde estão alocadas as cidades que obtiveram os melhores e os piores resultados para a variável verificada.



■ 10 cidades com maior aumento na desigualdade no Paraná  
 ■ 10 cidades com maior queda na desigualdade no Paraná

Ordem Decrescente de Cidades com Maior Elevação na Desigualdade de Renda

- 1 - Diamante do Sul
- 2 - Foz de Jordão
- 3 - Piên
- 4 - Quitandinha
- 5 - Saudade do Iguaçu
- 6 - Boa Ventura de São Roque
- 7 - Altamira do Paraná
- 8 - Cândói
- 9 - Mandirituba
- 10 - Jardim Olinda

Ordem Decrescente de Cidades com Maior Queda na Desigualdade de Renda

- 11 - São Carlos do Ivaí
- 12 - Pérola do Oeste
- 13 - Capanema
- 14 - Bela Vista da Caroba
- 15 - Maripá
- 16 - Entre Rios do Oeste
- 17 - Jataizinho
- 18 - Tamarana
- 19 - São João do Ivaí
- 20 - Coronel Vivida

MAPA 1 - ILUSTRAÇÃO DOS 10 MUNICÍPIOS QUE MAIS REDUZIRAM E OS 10 QUE MAIS ELEVARAM A DESIGUALDADE NA DÉCADA DE 90

FONTE: IBGE Microcensos.

NOTA: Elaboração própria.

TABELA 1 - MUNICÍPIOS COM MAIOR REDUÇÃO NA DESIGUALDADE DE RENDA NO PARANÁ ENTRE 1991 E 2000

Posição	Nome	Mesorregião	1991	2000	Var. Gini	Var. Escolaridade	Var. Pobreza
1º	São Carlos do Ivaí	Noroeste Paranaense	0,656	0,466	-28,96%	25,22%	-44,33%
2º	Pérola d'Oeste	Sudoeste Paranaense	0,677	0,538	-20,53%	16,27%	-37,00%
3º	Capanema	Sudoeste Paranaense	0,62	0,505	-18,55%	27,10%	-63,03%
4º	Bela Vista da Caroba	Sudoeste Paranaense	0,645	0,53	-17,83%	24,77%	-39,73%
5º	Maripá	Oeste Paranaense	0,624	0,513	-17,79%	34,04%	-60,60%
6º	Entre Rios do Oeste	Oeste Paranaense	0,631	0,519	-17,75%	20,26%	-63,73%
7º	Jataizinho	Norte Pioneiro Paranaense	0,616	0,507	-17,69%	26,02%	-27,99%
8º	Tamarana	Norte Central Paranaense	0,681	0,563	-17,33%	36,31%	-19,80%
9º	São João do Ivaí	Norte Central Paranaense	0,604	0,501	-17,05%	29,31%	-31,30%
10º	Coronel Vivida	Sudoeste Paranaense	0,633	0,528	-16,59%	20,98%	-41,74%
<b>MÉDIA DOS 10</b>					<b>-19,01%</b>	<b>26,03%</b>	<b>-42,93%</b>
<b>MÉDIA GERAL</b>					<b>2,73%</b>	<b>84,80%</b>	<b>-31,32%</b>

FONTE: IBGE – Microcensos

NOTA: Elaboração própria.

Na tabela 1 temos os campeões na redução da desigualdade dentro período de 1991 a 2000, ocupando o primeiro lugar a cidade de São Carlos do Ivaí que fica na região Noroeste do Paraná, este obteve uma redução de 28,96% na desigualdade medida pelo coeficiente de Gini. A média de redução das 10 cidades apontadas ficou em 19,01% de redução enquanto a média estadual foi uma elevação de 2,73% no índice de Gini.

Há certa concentração dessas cidades, visto que quatro das dez estão localizadas na mesma mesorregião<sup>13</sup>, Sudoeste Paranaense. Esses municípios são: Pérola D'Oeste, Capanema, Bela Vista da Caroba e Coronel Vivida.

Outra abordagem presente na planilha é o aumento da escolaridade média e a diminuição da pobreza para esses municípios que tiveram os melhores desempenhos no quesito redução da concentração de renda. Para esse grupo, foi encontrado, diferentemente do esperado, uma elevação média do nível de escolaridade abaixo do mediano no Estado, obtendo um aumento médio de 38,50% enquanto o Paraná teve um acréscimo de 84,80% na escolaridade.

Contudo, trazendo a informação da média de redução da pobreza dos 10 municípios que foi na ordem de 42,93%, teve melhora, visto que o resultado da

<sup>13</sup> Mesorregião – IBGE – é uma divisão regional com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial, em outras palavras é uma subdivisão dos estados brasileiros que compõe diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais.

média geral foi uma queda de 31,32%, confirmando a idéia de relação entre a variável desigualdade de renda e pobreza para o Paraná para a década de 90.

TABELA 2 – MUNICÍPIOS COM MAIOR ELEVAÇÃO NA DESIGUALDADE DE RENDA NO PARANÁ ENTRE 1991 E 2000

Posição	Nome	Mesorregião	1991	2000	Var. Gini	Var. Escolaridade	Var. Pobreza
1º	Diamante do Sul	Oeste Paranaense	0,479	0,661	38,00%	45,59%	-11,33%
2º	Foz do Jordão	Centro Sul Paranaense	0,459	0,631	37,47%	33,06%	0,15%
3º	Piên	Metropolitana de Curitiba	0,428	0,577	34,81%	35,31%	-19,84%
4º	Quitandinha	Metropolitana de Curitiba	0,46	0,618	34,35%	40,20%	-19,46%
5º	Saudade do Iguazu Boa Ventura de São Roque	Sudoeste Paranaense	0,497	0,651	30,99%	29,34%	-41,11%
6º	Altamira do Paraná	Centro Sul Paranaense	0,494	0,647	30,97%	51,42%	-29,60%
7º	Candói	Centro Ocidental Paranaense	0,474	0,616	29,96%	31,53%	-7,49%
8º	Mandirituba	Centro Sul Paranaense	0,499	0,641	28,46%	44,01%	-15,88%
9º	Jardim Olinda	Metropolitana de Curitiba	0,472	0,602	27,54%	55,92%	-25,34%
10º		Noroeste Paranaense	0,44	0,558	26,82%	18,63%	-8,01%
<b>MÉDIA DOS 10</b>					<b>31,94%</b>	<b>38,50%</b>	<b>-17,79%</b>
<b>MÉDIA GERAL</b>					<b>2,73%</b>	<b>84,80%</b>	<b>31,32%</b>

FONTE: IBGE – Microcensos

NOTA: Elaboração própria.

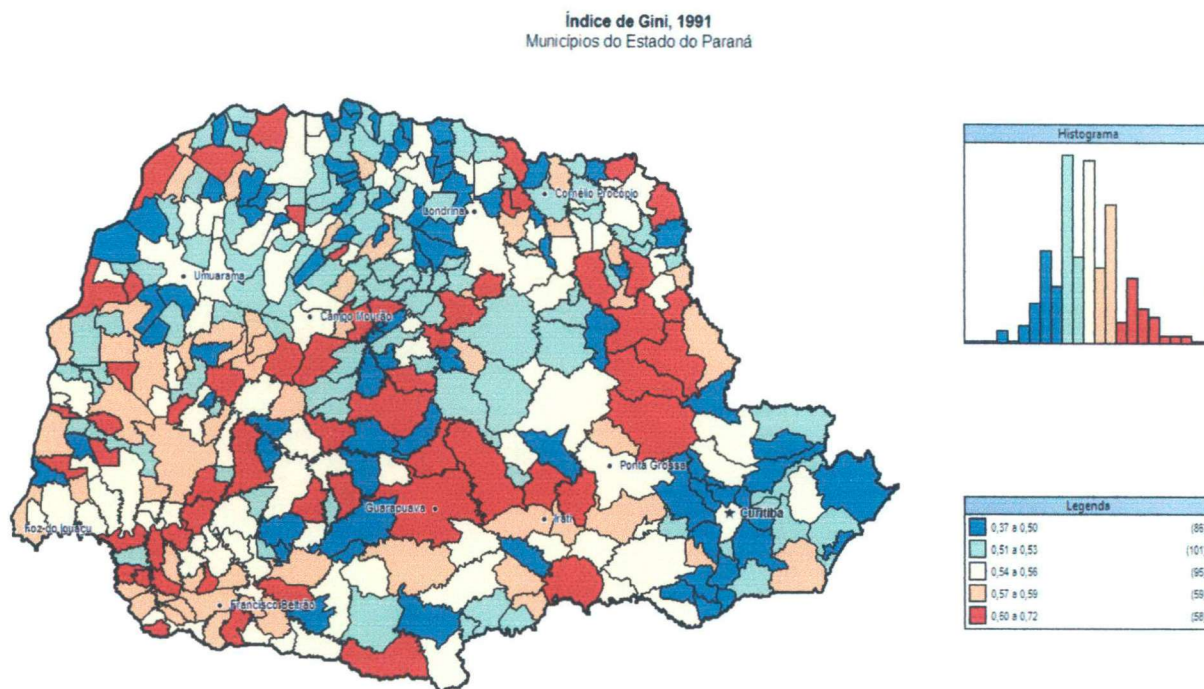
A tabela 2 apresenta os 10 municípios que tiveram as maiores elevações na desigualdade de rendimentos no Estado durante os anos 90. O que teve o pior desempenho no combate a redução da concentração foi Diamante do Sul, sofrendo elevação nesse indicador por volta dos 32%.

O aumento do nível de escolaridade média para esses municípios foi de 31,94%, ficando bem abaixo da média estadual. O mesmo resultado foi verificado para a redução da pobreza, o grupo formado pelos maiores concentradores de renda do Estado também tiveram uma redução média da pobreza consideravelmente abaixo da média considerando todos os municípios do Paraná.

Caso esses municípios não proporcionem a seus habitantes uma elevação média na escolaridade muito acima da apresentada continuarão sofrendo elevações na concentração de renda de suas populações, atrapalhando a equidade do bem estar social e o próprio desenvolvimento da cidade.



### 3.2 FOTOS DA DESIGUALDADE, 1991 e 2000



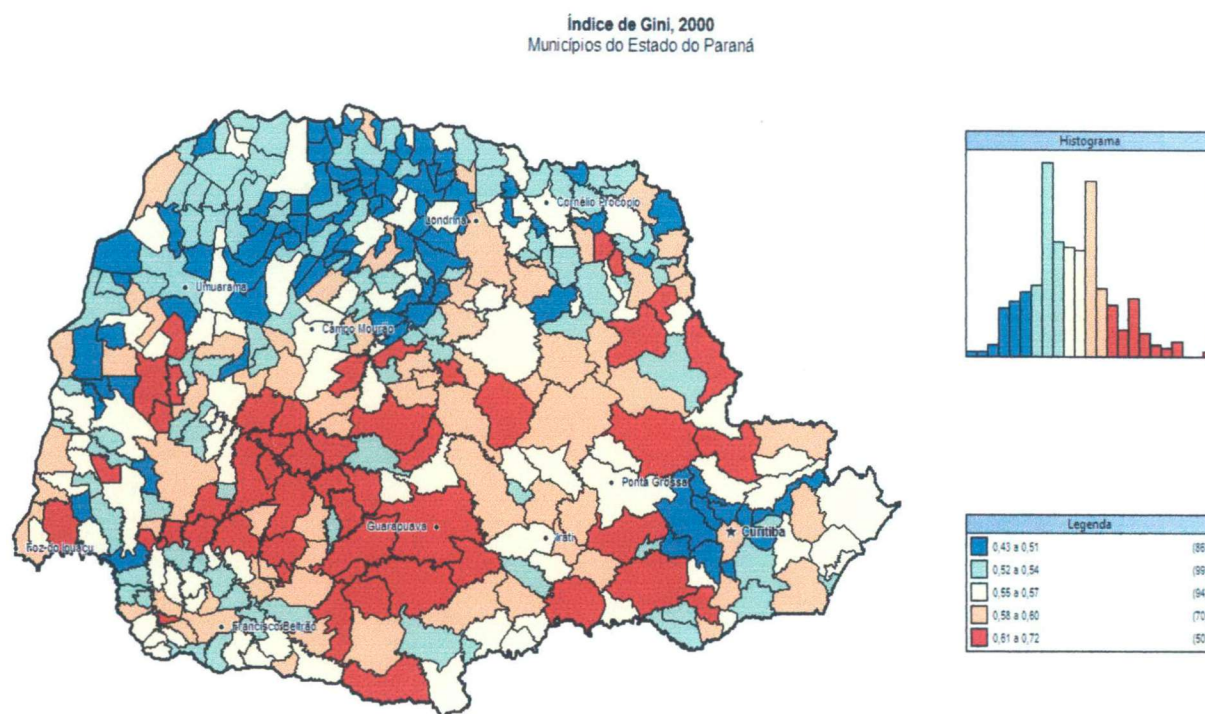
**MAPA 2 – ILUSTRAÇÃO DOS NÍVEIS DE DESIGUALDADE NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ EM 1991**

FONTE: IBGE Microcensos

NOTA: Mapa gerado com o auxílio do Atlas do Desenvolvimento Humano

O Mapa acima permite uma visão mais geral do nível de desigualdade que os municípios do Estado encontravam-se no ano de 1991. Cidades importantes como Curitiba, Ponta Grossa, Campo Mourão, Londrina e Umuarama estavam com um nível de concentração entre 0,54 e 0,56, demonstrados com a utilização do indicador Gini; Cornélio Procópio entre 0,51 e 0,53; Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Foz do Iguaçu e Irati situam-se entre as faixas de 0,57 e 0,59; o pior caso entre as maiores cidades foi Guarapuava, com um nível de concentração entre os limites de 0,60 e 0,72.

Outro fator interessante de ser apontado é que, mesmo a capital ficando fora deste caso, a maioria das cidades da região metropolitana de Curitiba estão dentro da faixa dos menos desiguais do Estado.



**MAPA 3 - ILUSTRAÇÃO DOS NÍVEIS DE DESIGUALDADE NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ EM 2000**

FONTE: IBGE Microcensos

NOTA: Mapa gerado com o auxílio do Atlas do Desenvolvimento Humano

O terceiro mapa apresenta a fotografia da desigualdade de rendimentos que reflete as diferenças de riqueza e bem estar explícitas na Unidade Federativa do Paraná para o ano 2000.

A primeira característica claramente visível é que em comparação com a Foto de 1991, a desigualdade concentrou-se mais fortemente no Centro-Oeste do Estado, nas cidades próximas a Guarapuava e outras mais a Oeste. Nessa região percebe-se o vermelho como sinal de alerta para tomar-se maior atenção.

As melhores cidades pintadas com a cor azul e verde estão mais ao Norte do Estado, tendo outro ponto situado na Região Metropolitana da Capital, ficando a própria Curitiba novamente excluída desse grupo.

Mais uma vez as principais cidades do Estado não estão entre as menos concentradoras, destaque para Umuarama que em 1991 estava na casa dos 0,54 e 0,56 e em 2000 deslocou-se para um nível situado entre 0,52 e 0,54.

### 3.3 ESTATÍSTICA DISTRIBUTIVA

TABELA 3 - ESTATÍSTICA DISTRIBUTIVA PARA AS VARIÁVEIS GINI, POBREZA E ESCOLARIDADE PARA OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ (ANOS 1991 E 2000)

Variável	Qtde Municípios	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
<b>Gini 1991</b>	395	0,540692	0,501782	0,373	0,721
<b>Gini 2000</b>	395	0,552201	0,473713	0,432	0,723
<b>Pobreza 1991 (%)</b> 14	395	22,94715	12,64126	1,79	63,944
<b>Pobreza 2000 (%)</b>	395	14,43122	8,951356	2,386	45,525
<b>Escolaridade 1991 – anos de estudo</b> 15	395	3,467677	0,7847528	1,614	7,406
<b>Escolaridade 2000 – anos de estudo</b>	395	4,585036	0,8120161	2,653	8,474

FONTE: IBGE – Microcensos

NOTA: Elaboração própria.

A tabela 3 apresenta o comportamento das variáveis, Gini, pobreza e escolaridade para os anos de 1991 e 2000 com base em 395 municípios do Estado do Paraná<sup>16</sup>, para as variáveis apresentadas não há distinção entre população urbana ou rural, ou ainda de gênero (homens e mulheres), nem de cor, raça ou para a População Economicamente Ativa (PEA).

Podemos perceber que para a variável Gini no ano de 1991 temos um cálculo que resultou, na média, em torno de 0,54 tendo o desvio padrão de 0,50, demonstrando a elevada dispersão dos valores em relação a média, ou seja, o nível de diferença de renda entre os municípios é altíssimo. Uma investigação da medida de Gini em 2000, tem como resultado a constatação de que houve elevação no índice em mais de um ponto, indo para 0,55, tendo a década de 90, representado para esta Unidade Federativa aumento na desigualdade de rendimentos. Em 2000 o

<sup>14</sup> Pobreza – percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalentes a ½ do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

<sup>15</sup> Nível de Escolaridade - Razão entre o somatório de anos de estudo completados pelas pessoas que tem 25 ou mais anos de idade e o número de pessoas nessa faixa etária.

<sup>16</sup> O número de municípios do Estado é de 399, contudo para 4 deles não foi encontrado esses dados: Porto de cima, Palmira, Conchas e Assunguy de Cima.

desvio padrão diminuiu assim como o valor mínimo da variável, isso significa diminuição na dispersão. Municípios que antes tinham desigualdade muito distante da média tanto inferior quanto superior ficaram mais próximas delas, em outras palavras, a diferença de desigualdade entre as cidades diminuiu.

Para a variável pobreza uma análise demonstrou a diminuição desta entre os anos de 1991 e 2000. Em média a pobreza ostentou uma queda mais de 8% no período, saindo de 22,94% no início do período para 12,64% no final. O desvio padrão também decresceu: o nível de pobreza entre as cidades paranaenses se tornou mais igual. É importante destacar também que, embora o mínimo encontrado para essa variável tenha aumentado de 1,79 % para 2,38 %, o máximo caiu de 63,94 % das pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza para 45,52%, uma queda em quase 20%, fato bastante significativo.

Em 1991 a média de anos de estudo completados para os 395 municípios do Estado em questão foi de 3,47 anos, e em 2000 foi de 4,58 anos, ou seja, os 10 anos representaram um aumento em média de 1,12 anos de estudo para pessoas com 25 anos ou mais. A desigualdade de escolaridade entre as cidades aumentou muito pouco, a média dos desvios verificada foi de 0,78 para 0,81, não obtendo assim alteração significativa. Os valores de mínimo e máximo para anos de estudo médio aumentaram em mais ou menos um ano. A variável escolaridade apresentada não leva em consideração a qualidade do ensino, ou questões como ensino público e privado, ou ainda ensino fundamental, médio e universitário, leva consideração apenas o número de anos escolares completados.

### 3.3.1 Análise Distributiva para municípios em relação a média da pobreza ano 1991

## 3.3.1.1 Análise distributiva para os municípios com pobreza acima da média

TABELA 4 - ANÁLISE DISTRIBUTIVA PARA OS MUNICÍPIOS QUE POSSUEM POBREZA ACIMA DA MÉDIA NO ANO DE 1991

Variável	Qtde Municípios	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Gini 1991	178	0,5511292	0,497411	0,460	0,721
Pobreza 1991 (%)	178	34,54168	9,114007	22,950	63,944
Escolaridade 1991 – anos de estudo	178	2,986315	0,5721139	1,614	4,492

FONTE: IBGE – Microcensos

NOTA. Elaboração própria.

A tabela 4 é composta apenas pelos municípios que possuem a variável pobreza de 1991 acima da média, isto é, 178 cidades no estado em que se encontram nesta situação e será analisado as variáveis Gini, Pobreza e Escolaridade e realizado uma comparação com os dados da tabela 1.

O coeficiente de Gini médio para esse grupo de municípios que compõem a amostra é de 0,55 quase o mesmo encontrado para a média dos 395 que foi de 0,54, o mesmo ocorre com o desvio padrão com uma variação de apenas 0,2. Isso demonstra que os 178 com pobreza acima da média possuem curiosamente uma distribuição de renda similar àquela apresentada na tabela anterior com os 395 observados. Com isso a variável pobreza não demonstrou forte relação com a variável Gini, se isso ocorresse, ao selecionar as mais pobres teríamos alteração significativa na outra variável relacionada.

As cidades com a quantidade relativa de pobres acima da média possuem pobreza média de 34,54 % bem maior que aquela composta por todos que ficou em 22,95%. O desvio padrão como era de se esperar diminui de 12,64 para 9,11, fato este, devido a um efeito normal, pois foram selecionados os mais pobres, tendo naturalmente a diferença entre os mais pobres têm que ser menor que a diferença entre todos o municípios.

A investigação da outra variável, escolaridade para o ano de 91, revela uma média próxima de 2,99 anos de estudo, para os 178 que possuem maior proporção de sua população considerada pobre, enquanto era de 3,47, houve então diminuição significativa, fato que pode significar ( dentro do estado) correlação entre a pobreza e o nível de escolaridade. Diferentemente do coeficiente Gini, houve também

expressiva queda no desvio padrão da escolaridade para o grupo dos 178. O valor mínimo encontrado permaneceu o mesmo, já o máximo caiu para 4,492.

### 3.3.1.2 Análise distributiva para os municípios com pobreza abaixo da média

TABELA 5 - ANÁLISE DISTRIBUTIVA PARA OS MUNICÍPIOS COM POBREZA ABAIXO DA MÉDIA DO ESTADO NO ANO DE 1991

Variável	Qtde Municípios	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
<b>Gini 1991</b>	217	0,5322851	0,490437	0,373	0,673
<b>Pobreza 1991 (%)</b>	217	13,60857	5,088397	1,790	22,486
<b>Escolaridade 1991 – anos de estudo</b>	217	3,855380	0,7157475	2,393	7,406

FONTE: IBGE – Microcensos

NOTA. Elaboração própria.

A tabela acima apresenta os 217 municípios que possuem a proporção de sua população pobre maior que a proporção da população pobre média dos 395 municípios demonstrada na tabela 1 (22,94%) no ano de 1991.

O calculo médio para o coeficiente de Gini para esses municípios é de 0,53 um pouco abaixo da média composta a partir das 395 cidades que estavam em 0,54, percebemos que a queda foi pouco sensível, mesmo fato ocorreu com a medida do desvio padrão. Para o valor mínimo encontrado para esse grupo não houve alterações e o valor máximo diminui para 0,67.

A pobreza média encontrada nesse grupo foi de 13,60%, bem menor do que a aquela que inclui os municípios que possuem o nível dessa variável acima da média, sendo aproximadamente de 22,95%. O desvio padrão também caiu naturalmente, contudo caiu mais do que caiu para os 178 municípios com percentual da população maior que a da média, isso mostra que o grupo dos 217 são mais iguais do que o grupo formado por esses 178.

Para a variável escolaridade percebemos também, que o grupo dos 217, possui nível de escolaridade médio 11,18 % maior que o composto por todas as cidades, demonstrando mais uma vez neste caso relação entre nível de pobreza e escolaridade. O desvio padrão diminui também para esse grupo, saindo de 0,78 no grupo geral para 0,71, não sendo muito significativo. As alterações ocorridas nos valores de mínimo e máximo apresentados também não são expressivas.

### 3.3.2 Análise Distributiva Para Municípios Em Relação a Média da Pobreza ano 2000

#### 3.3.2.1 Análise distributiva para os municípios com pobreza acima da média

TABELA 6 – ANÁLISE DISTRIBUTIVA PARA OS MUNICÍPIOS COM POBREZA ACIMA DA MÉDIA DO ESTADO NO ANO 2000

Variável	Qtde Municípios	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
<b>Gini 2000</b>	155	0,5797595	0,426867	0,467	0,717
<b>Pobreza 2000 (%)</b>	155	23,37559	7,465143	14,498	45,525
<b>Escolaridade 2000 - anos de estudo</b>	155	3,970686	0,319739	2,653	5,261

FONTE: IBGE – Microcensos

NOTA. Elaboração própria.

A tabela acima é formada pelos municípios paranaenses que possuem a razão entre sua população pobre e a sua população total maior que a pobreza média composta pelas 395 cidades do Estado apresentada na tabela 3 (que foi 14,43%) para ano 2000.

#### 3.3.2.1.1 Comparação: municípios com pobreza acima da média, com todos os municípios

Ao realizar uma comparação dos dados encontrados para as variáveis Gini, pobreza e escolaridade para o ano 2000 entre os municípios com pobreza acima da média (tabela 6) com os dados compostos a partir de todos os municípios (tabela 3) têm-se:

A variável Gini para os mais pobres em 2000 foi 0,2 pontos maiores que da média composta de todas as cidades do estado, caracterizando uma fraca ou inexistente relação entre a pobreza e a distribuição de renda, de modo que ao selecionar os mais pobres não houve uma expressiva alteração na desigualdade. Já para a variável escolaridade existe uma relação mais forte, sendo que a média de escolaridade para os municípios paranaenses com nível de pobreza inferior ao mediano foi 13,8% menor do que o da média geral.

### 3.3.2.1.2 Comparação: municípios com pobreza acima da média em 1991 e 2000

Esta é uma comparação entre o grupo de cidades com pobreza média acima da média do ano de 1991 (Tabela 4) com o grupo formado a partir do mesmo conceito para o ano de 2000 (Tabela 6),

A primeira informação interessante a ser visualizada é o número que compõem as amostras, em 1991 eram 178 e em 2000 tínhamos 155, desta forma 23 cidades paranaenses que antes ficavam abaixo da média no quesito pobreza, passaram a ficar acima. Isso pode ser decorrente de alta queda da pobreza em alguns municípios e estagnação, elevação ou baixa queda no nível de pobreza dos demais.

Outra verificação é que para o ano 2000 temos uma elevação na desigualdade entre os mais pobres com Gini saindo de 0,55 para quase 0,58, sendo assim os municípios mais pobres tornaram-se também mais desiguais neste período, contudo percebe-se elevação na média de escolaridade em mais de 30% para os municípios mais pobres do primeiro ano abordado para o segundo.

O desvio padrão encontrado no último ano da década de 90 para as variáveis Gini e escolaridade foram menores do que no primeiro ano, demonstrando assim que diminuíram as diferenças de escolaridade e renda entre os municípios com pobreza acima da média dentro do período.

### 3.3.2.2 Análise distributiva para os municípios com pobreza abaixo da média

TABELA 7 - ANÁLISE DISTRIBUTIVA PARA OS MUNICÍPIOS COM POBREZA ABAIXO DA MÉDIA DO ESTADO NO ANO 2000

Municípios Com Pobreza Abaixo da Média no ano de 2000					
Variável	Qtde Municípios	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
<b>Gini 2000</b>	237	0,5341328	0,041250	0,432	0,723
<b>Pobreza 2000 (%)</b>	237	8,56727	3,037144	2,386	14,422
<b>Escolaridade 2000 - anos de estudo</b>	237	4,987805	0,7053964	3,589	8,474

A tabela 5 é formada pelos municípios paranaenses que possuem a razão entre sua população pobre e a sua população total menor que a pobreza média composta pelas 395 cidades do Estado apresentada na tabela 1 para ano 2000.



### 3.3.2.2.1 Comparação: municípios com pobreza abaixo da média, com todos os municípios

Ao tomarmos um grupo formado pelos 237 municípios que possuem níveis de pobreza abaixo do mediai no estado paranaense para o ano de 2000 temos:

O coeficiente de Gini médio para esse grupo é praticamente igual o da média formada a partir de todas as cidades, já o desvio padrão desta variável é bem inferior demonstrando menor diferença nas desigualdades de renda dentro deste grupo.

Para o grau de escolaridade temos aumento de quase 9 % e diminuição do desvio padrão para este grupo, representando que nas cidades com menor nível de pobreza, maior igualdade de renda e maior nível educacional em comparação com o universo das 395 cidades do Estado.

### 3.3.2.2.2 Comparação: municípios com pobreza abaixo da média em 1991 e 2000

Comparando o grupo de municípios que possuem nível de pobreza abaixo da média em 1991(representada pela tabela 3) com o grupo de 2000 (representada pela tabela 5) chega-se a algumas observações:

Para o grau de Gini temos uma média praticamente idêntica para os dois períodos embora o desvio padrão seja menor em 2000, houve assim diminuição de desigualdade para o grupo formado em 1991e para o grupo (utilizando o mesmo conceito) formado em 2000.

No quesito escolaridade houve uma elevação na média de quase 30% para os municípios relativamente menos pobres de 1991 para 2000, embora o desvio padrão desta variável sofresse elevação substancial.

### 3.4 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO

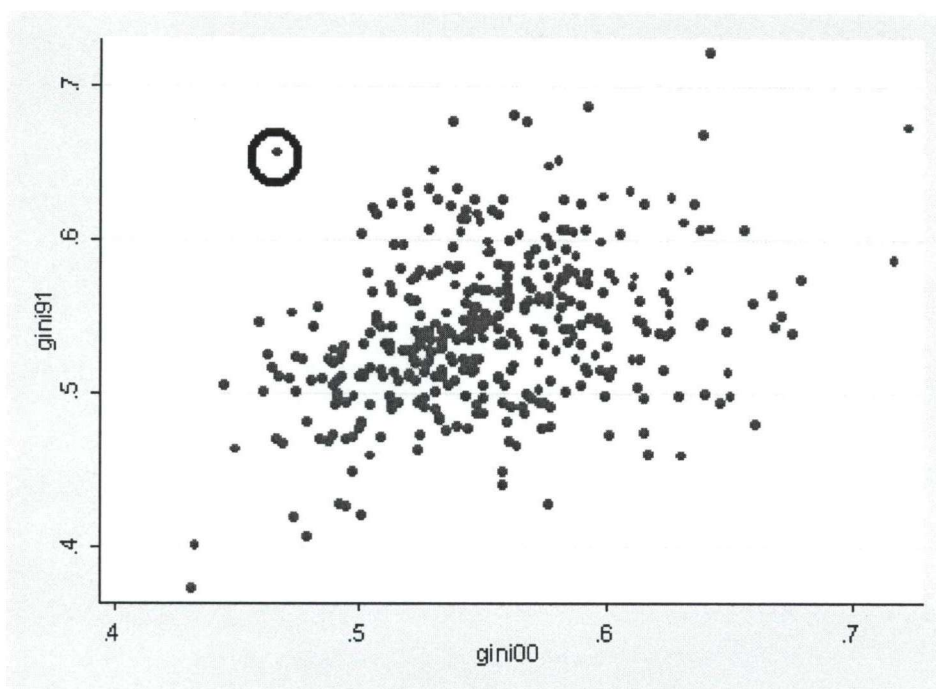


GRAFICO 1 - CORRELAÇÃO ENTRE A VARIÁVEL GINI ENTRE O ANO DE 1991 E O ANO 2000

A análise do gráfico de correlação entre a variável Gini de 91 com a variável no ano 2000 permite algumas observações: É perceptível uma correlação entre as variáveis nos distintos tempos, isso significa que, muitos municípios que possuíam um coeficiente de Gini elevado no início da década permaneceram com ele na mesma situação no final, e os que iniciaram com a variável em nível baixo continuaram com ele baixo, conseqüentemente, tem-se a idéia de que o estado permaneceu basicamente com a mesma estrutura de desigualdade do início da década de 90.

O ponto destacado no gráfico é bastante interessante, pois foge completamente à idéia de permanência estrutural da desigualdade, ele está em 1991 com um valor de desigualdade em torno de 0,66, e no ano de 2000 representado com um coeficiente em torno de 0,47 ou 0,48, uma queda abrupta para o período analisado.

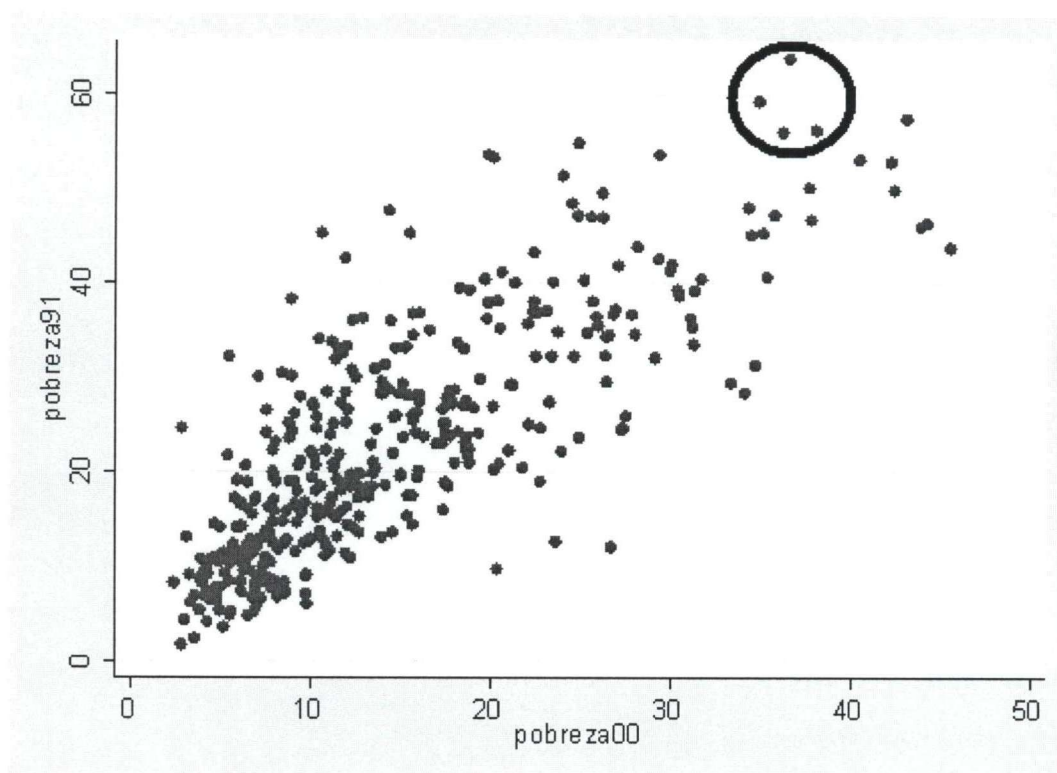


GRAFICO 2 – CORRELAÇÃO ENTRE A VARIÁVEL POBREZA ENTRE O ANO DE 1991 E O ANO 2000

Com o auxílio do segundo gráfico podemos verificar nitidamente uma forte correlação entre a pobreza no ano 1991 e 2000, tendo visualmente a constatação da permanência estrutural na distribuição da pobreza no estado paranaense, mesmo que a média dentro do período possa ter caído fortemente, temos a visualização dos pontos identificados como municípios, demonstrando que estes permanecem situados em diferentes patamares de pobreza.

A imagem nos permite ver os municípios que possuíam o número de pobres relativamente maiores, continua a tê-los, e os que estavam situados nos níveis mais baixos permanecem os mais baixos.

Destacamos alguns pontos que se situam em uma região no gráfico de altíssima queda no nível de pobreza, esses municípios que em 1991 estavam situados num nível em torno de 60% de sua população sendo constituída por pobres que passaram a um patamar abaixo de 40%, tendo assim uma queda em dez anos acima dos 30%. Esta diminuição no patamar da pobreza deve ser contemplada visto que a média de queda do estado no período foi um pouco acima dos 8%.

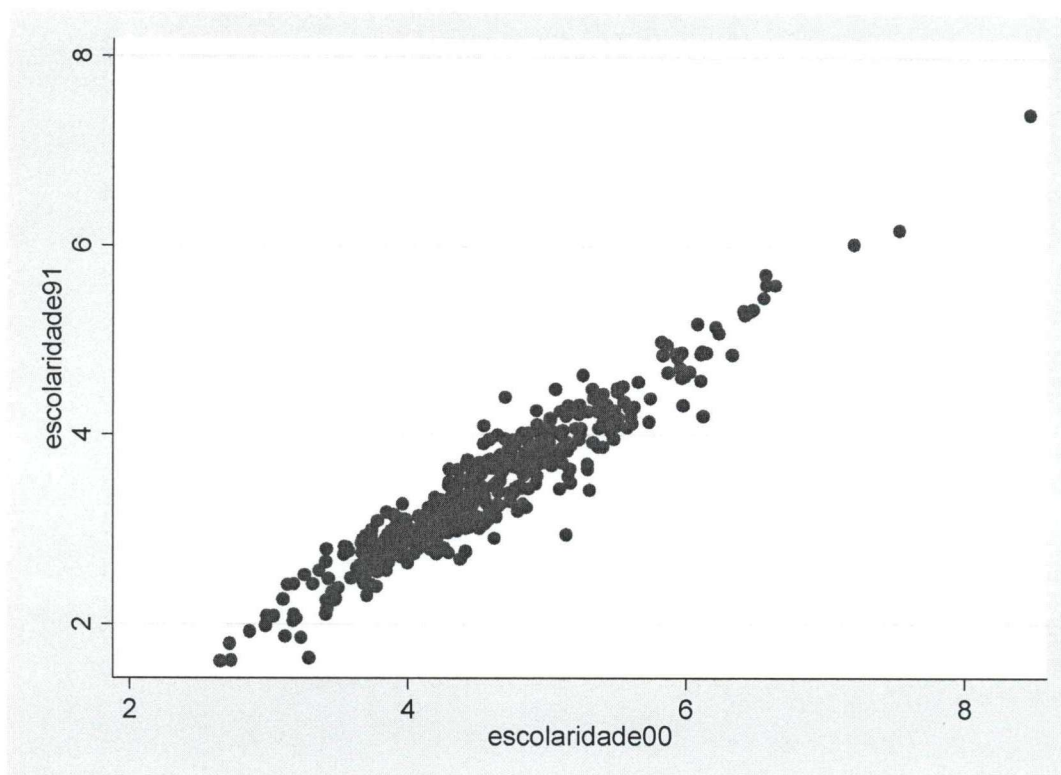


GRAFICO 3 - CORRELAÇÃO ENTRE A VARIÁVEL ESCOLARIDADE ENTRE O ANO DE 1991 E O ANO 2000

O gráfico acima mostra a correlação existente na variável – média de anos de estudo para pessoas com mais de 25 anos – no ano 1991 com o ano 2000, tendo resultados impressionantes. A imagem formada é como sendo praticamente uma reta perfeita, pois os municípios que no início do período se mostravam em certo ponto com níveis escolares médios abaixo dos demais continuaram assim e os que em contrapartida estavam com o medial abaixo das médias lá permaneceram.

Isto é, se uma das fontes de desigualdade são as diferentes condições na preparação da “corrida” e sendo a educação uma das principais formas de preparação, a “foto” apresentada é ruim, afinal as diferenças médias de escolaridade que já existiam em 1991 e continuaram até 2000 demonstram uma possível permanência da desigualdade. Diferenças nos níveis educacionais podem gerar desigualdades nos rendimentos via mercado de trabalho.

Podendo assim haver uma relação entre o gráfico 1 e o gráfico 3, de maneira que este explicaria aquele.

Para que as diferenças de renda diminuíssem, esta relação deveria ser negativa, os municípios que em 1991 tiveram a média de escolaridade menor estariam contendo as maiores médias e os que no início do período tinham as mais

altas médias chegaria em 2000 com médias inferiores, diante disso a desigualdade estaria sendo contida em uma de suas fontes.

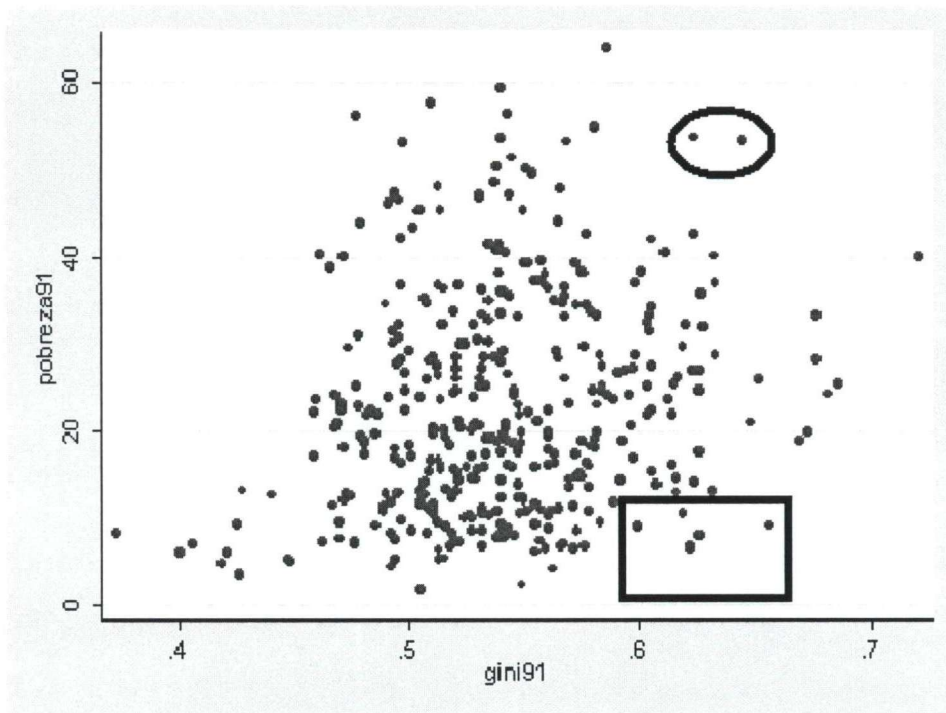


GRAFICO 4 - CORRELAÇÃO ENTRE A VARIÁVEL GINI DO ANO 1991 COM A VARIÁVEL POBREZA NO MESMO ANO

O gráfico 4 foi construído a partir da correlação entre a variável pobreza em 1991 e a variável Gini em 1991. Podemos verificar que os pontos estão bastante dispersos não tendo assim uma correlação significativa, podendo afirmar então que não há uma relação importante entre as duas medidas para o Estado do Paraná no ano verificado.

Muitos municípios que possuem um nível de pobreza abaixo da média estadual apresentam nível de desigualdade bastante acima da média calculada o Paraná, tendo como exemplo os pontos que estão delimitados pelo retângulo, vemos que estão em um nível de pobreza bastante abaixo da média para o ano, inferior a 10%. Contudo estão bem acima da média para o coeficiente Gini, acima 0,60. Embora esses municípios possuam proporcionalmente “poucos pobres”, não estão distribuindo de maneira equânime seu bem estar.

Já os municípios dispostos dentro do círculo, são exemplos de alta concentração de renda (Gini acima de 0,60) e patamar de pobreza elevado (superior

a 50% da população), situação que, além de possuírem o número proporcional de pobres da população muito elevado, eles também possuem um sistema de distribuição da riqueza ineficiente.

## 4 CONCLUSÃO

Por meio deste trabalho podemos verificar que a desigualdade de renda no Brasil é em um primeiro momento fruto histórico, marcado pela sua origem colonial, de modo que os meios de produção sempre estiveram concentrados em posse de poucos.

Outro aspecto examinado dentro do país foi a forte relação entre a desigualdade nos níveis educacionais e na pobreza que se transferiu para o Paraná.

Conforme apresentado, o Estado não conseguiu reduzir a concentração de riqueza durante o período de 1991 e 2000, fato este também encontrado em suas principais cidades.

Entretanto foi verificada uma possível existência de relação entre a desigualdade e a pobreza dentro do Paraná na década de 90. Os dez municípios que mais reduziram a desigualdade conseguiram uma redução média da pobreza bem acima da media calculada com todas as cidades do Estado.

No estudo realizado não foi encontrado evidências que comprovem a relação entre a desigualdade de renda e o nível educacional entre as cidades do Paraná dentro do período analisado, mas foi revelado que as diferenças educacionais entre os municípios continuaram grandes, isso poderia ser uma explicação para a desigualdade no Estado ter permanecido nos mesmos patamares, contudo para assumirmos como verdade tal conotação seria necessário um estudo bem mais profundo, levando em consideração as desigualdades educacionais e de renda intra-municípios. Com isso não podemos assumir como verdade para esse estudo a Teoria do Capital Humano, nem tão menos refutá-la.

Estudar a distribuição de renda é sempre importante, pois sabemos que através dos números é revelado a maneira como as pessoas estão vivendo, a qualidade de suas vidas e como as políticas econômicas e sociais têm afetado cada um. Sendo assim os governantes precisam cada vez mais olhar os indicadores da economia e da sociedade, pois estes possibilitam verificar a eficiência do seu trabalho, potencializando a capacidade de tomar decisões melhores a cada dia.

## REFERÊNCIAS

BARROS, R. P de ; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R. **Education and Equitable Economic Development**. Revista da ABPEC, v. 1, nº 1, jan de 2000.

BARROS, R. P. , CARVALHO M. , FRANCO, S. , MENDONÇA, R. . **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**, . Brasília : Ipea 2006 p. 107 - 127.

BARROS, R. P. de; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A recente queda da desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última queda**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td\\_1304.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1304.pdf)> Acesso em: 07/08/2008.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R. ; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. In: HENRIQUES,R. (Org). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R.P.;MENDONÇA R. S. P. **Os Determinantes da Desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro, 1995, Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_377.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_377.pdf)> Acesso em: 07/08/2008.

BECKER, G. **Human Capital**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1964.

CACCIAMALI, M.; FREITAS, P. **Do capital humano ao salário eficiência: uma aplicação para analisar os diferenciais de salários em cinco ramos manufatureiros da grande São Paulo**. Anais do 19 encontro Nacional de Economia, 1991, p. 213-222. Disponível em :<[http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD\\_CHAVE=295](http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=295)> Acesso em 09/08/2008.

FERREIRA, F. H. G. **Os Determinantes da Desigualdade de Renda do Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional?** , Rio de Janeiro . Disponível em <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td415.pdf>> acesso em 13 de out. 2008.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 1984.



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Miséria, Desigualdade e Estabilidade: O Segundo Real**, 2006, Disponível em:  
<[http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site\\_ret\\_port/](http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site_ret_port/)> Acesso em: 10/03/2008.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**, 7º Ed. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1967.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K. **The definition and measurement of poverty**. *The Journal of Human Resources*, v. 23, n. 2, p. 211-221, Spring 1988.

HOFFMANN, R. **A distribuição de renda no Brasil no período 1992-2001**. *Economia e Sociedade*, Campinas 2002.

HOFFMANN, R. **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília, IPEA, 2006 p. 93 – 105. Disponível em  
<[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdaderendanobrasil/Cap\\_01\\_QuedaDesigualdadedaDistribuicao.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdaderendanobrasil/Cap_01_QuedaDesigualdadedaDistribuicao.pdf)> Acesso em 09/08/2008

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e crescimento econômico**, Estudos Avançados, São Paulo, 2001. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-0142001000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0142001000100007)> acesso em 21/09/2008.

HENRIQUES, R. (Org). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA A. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**, *Economia e Sociedade*, Campinas 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - **Microcensos 1991 e 2000**.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) – **Renda – Desigualdade – Gini**. Disponível em:  
<[http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1058537893&Tick=1226660922528&VAR\\_FUNCAO=Ser\\_Temas%281413839281%29&Mod=S](http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1058537893&Tick=1226660922528&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%281413839281%29&Mod=S)> acesso em: 01/11/2008.

LANGONI, C. G. **A economia da Transformação**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1976.

LANGONI, C. G. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura 1978.

OLIVEIRA, P. A. **Desemprego Estrutural**. Disponível em <[http://fmr.edu.br/publicações/pub\\_08.pdf](http://fmr.edu.br/publicações/pub_08.pdf)> Acesso em 05/09/2008..

OLIVEIRA, R. **A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira**. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/271/Boltec271c.htm>> acesso em 15/10/2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Brasil reduz desigualdade e sobe no ranking**. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2390&Iay=pde](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2390&Iay=pde)> Acesso em 20/08/2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2003 programa disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>> Acesso em 10/07/2008.

RAMOS, L. R. A. ; REIS, J. G. A. **Distribuição de renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil**. In: CAMARGO J. M. & GIAMBIAGI, F (Org). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

SANDRONI, P. ( Org e Sup. ) **Novo dicionário de Economia**. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1994

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVCENKO N. **ENTREVISTA**, Ed.São Paulo, Revista a Carta Capital, ( out. 2003, p.38)

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

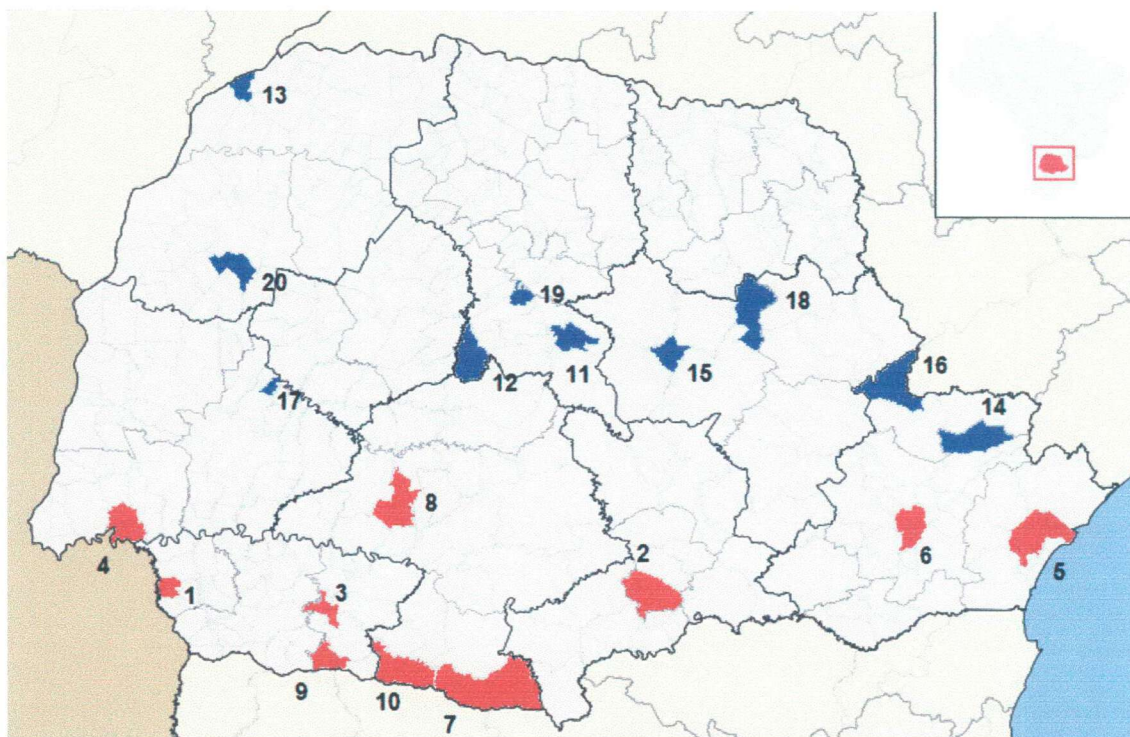
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos: citações e notas de rodapé**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos: teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos: referências**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

## ANEXO

## ANEXO 1



- 10 cidades com menor elevação na média de escolaridade no Paraná  
■ 10 cidades com maior elevação na média de escolaridade no Paraná

Ordem Decrescente de Cidades com Menor Elevação na Média de Escolaridade no Paraná

- 1 - Perola d'Oeste
- 2 - Mallet
- 3 - Itapejara d'Oeste
- 4 - Serranópolis do Iguaçu
- 5 - Paranaguá
- 6 - Curitiba
- 7 - Palmas
- 8 - Laranjeiras do Sul
- 9 - Vitorino
- 10 - Clevelândia

Ordem Decrescente de Cidades com Maior Elevação na Média de Escolaridade no Paraná

- 11 - Rio Branco do Ivaí
- 12 - Nova Tebas
- 13 - Porto Rico
- 14 - Tunas do Paraná
- 15 - Imbaú
- 16 - Doutor Ulysses
- 17 - Anahy
- 18 - Ventania
- 19 - Lidianópolis
- 20 - Perobal

**MAPA 2 - ILUSTRAÇÃO DOS 10 MUNICÍPIOS QUE MAIS AUMENTARAM E OS 10 QUE MENOS ELEVARAM A MÉDIA DE ESOLARIDADE NA DÉCADA DE 90**  
 FONTE: IBGE Microcensos.  
 NOTA: Elaboração própria.

## ANEXO 2

TABELA 01 – MUNICÍPIOS COM MAIOR ELEVAÇÃO NA MÉDIA DE ESCOLARIDADE NO PARANÁ ENTRE 1991 2000

Posição	Nome	Mesoregião	1991	2000	Variação
1°	Rio Branco do Ivaí	Norte Central Paranaense	1,645	3,288	99,88%
2°	Nova Tebas	Norte Central Paranaense	1,855	3,234	74,34%
3°	Porto Rico	Noroeste Paranaense	2,948	5,139	74,32%
4°	Tunas do Paraná	Metropolitana de Curitiba	1,62	2,729	68,46%
5°	Imbaú	Centro Oriental Paranaense	1,869	3,118	66,83%
6°	Doutor Ulysses	Metropolitana de Curitiba	1,614	2,653	64,37%
7°	Anahy	Oeste Paranaense	2,687	4,377	62,90%
8°	Ventania	Centro Oriental Paranaense	2,11	3,407	61,47%
9°	Lidianópolis	Norte Central Paranaense	2,303	3,708	61,01%
10°	Perobal	Noroeste Paranaense	2,757	4,412	60,03%
<b>MÉDIA</b>					<b>69,36%</b>

\* Pessoas com idade de 25 anos ou mais

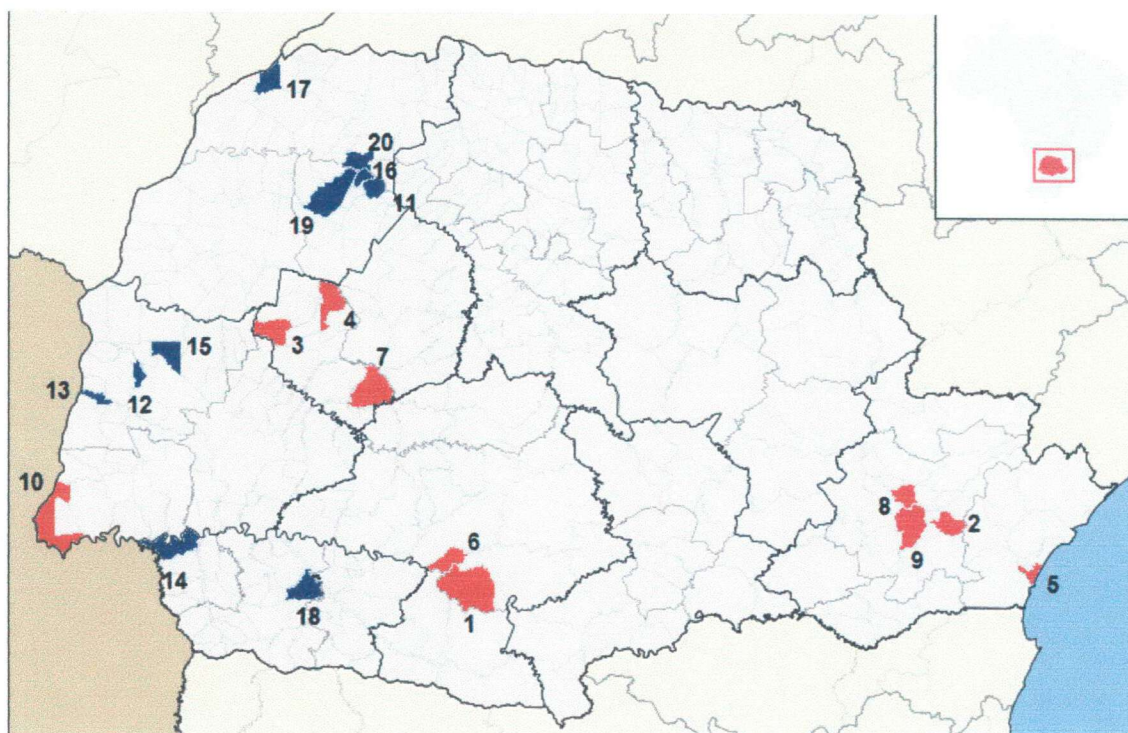
## ANEXO 3

TABELA 02 – MUNICÍPIOS COM MENOR ELEVAÇÃO NA MÉDIA DE ESCOLARIDADE NO PARANÁ ENTRE 1991 2000

Posição	Nome	Mesoregião	1991	2000	Variação
1°	Pérola d'Oeste	Sudoeste Paranaense	3,908	4,544	16,27%
2°	Mallet	Sudeste Paranaense	4,003	4,647	16,09%
3°	Itapejara d'Oeste	Sudoeste Paranaense	3,956	4,586	15,93%
4°	Serranópolis do Iguaçu	Oeste Paranaense	4,257	4,924	15,67%
5°	Paranaguá	Metropolitana de Curitiba	5,702	6,573	15,28%
6°	Curitiba	Metropolitana de Curitiba	7,406	8,474	14,42%
7°	Palmas	Centro-Sul Paranaense	4,64	5,261	13,38%
8°	Laranjeiras do Sul	Centro-Sul Paranaense	4,492	5,063	12,71%
9°	Vitorino	Sudoeste Paranaense	4,094	4,546	11,04%
10°	Clevelândia	Centro-Sul Paranaense	4,403	4,699	6,72%
<b>MÉDIA</b>					<b>13,75%</b>

\* Pessoas com idade de 25 anos ou mais

## ANEXO 4



■ 10 cidades com pior desempenho em relação a variação da pobreza no Paraná

■ 10 cidades que mais reduziram a pobreza no Paraná

Ordem Decrescente de Cidades que Tiveram Pior Desempenho na Variação da Pobreza no Paraná

- 1 - Reserva do Iguaçu
- 2 - Piraquara
- 3 - Quarto Centenário
- 4 - Janiópolis
- 5 - Matinhos
- 6 - Foz do Jordão
- 7 - Nova Cantu
- 8 - Almirante Tamandaré
- 9 - Curitiba
- 10 - Foz do Iguaçu

Ordem Decrescente de Cidades que Tiveram Maior Redução da Pobreza no Paraná

- 11 - Japurá
- 12 - Quatro Barras
- 13 - Entre Rios do Oeste
- 14 - Capanema
- 15 - Maripá
- 16 - São Manoel do Paraná
- 17 - São Pedro do Paraná
- 18 - Verê
- 19 - Rondon
- 20 - Paraíso do Norte

**MAPA 2 - ILUSTRAÇÃO DOS 10 MUNICÍPIOS COM MELHORES E OS 10 COM PIORES DEZEMPENHOS NO COMBATE A POBREZA NA DÉCADA DE 90**

FONTE: IBGE Microcensos.

NOTA: Elaboração própria.

## ANEXO 5

TABELA 03 – MUNICÍPIOS QUE MAIS REDUZIRAM A POBREZA NA DÉCADA DE 90 NO PARANÁ

Posição	Nome	Mesoregião	1991	2000	Variação
1º	São Carlos do Ivaí	Noroeste Paranaense	0,656	0,466	-28,96%
2º	Pérola d'Oeste	Sudoeste Paranaense	0,677	0,538	-20,53%
3º	Capanema	Sudoeste Paranaense	0,62	0,505	-18,55%
4º	Bela Vista da Caroba	Sudoeste Paranaense	0,645	0,53	-17,83%
5º	Maripá	Oeste Paranaense	0,624	0,513	-17,79%
6º	Entre Rios do Oeste	Oeste Paranaense	0,631	0,519	-17,75%
7º	Jataizinho	Norte Pioneiro Paranaense	0,616	0,507	-17,69%
8º	Tamarana	Norte Central Paranaense	0,681	0,563	-17,33%
9º	São João do Ivaí	Norte Central Paranaense	0,604	0,501	-17,05%
10º	Coronel Vivida	Sudoeste Paranaense	0,633	0,528	-16,59%
<b>MÉDIA</b>					<b>-19,01%</b>

## ANEXO 6

TABELA 04 – MUNICÍPIOS QUE MENOS REDUZIRAM A POBREZA NA DÉCADA DE 90 NO PARANÁ

Posição	Nome	Mesoregião	1991	2000	Variação
1º	Diamante do Sul	Oeste Paranaense	0,479	0,661	38,00%
2º	Foz do Jordão	Centro Sul Paranaense	0,459	0,631	37,47%
3º	Piên	Metropolitana de Curitiba	0,428	0,577	34,81%
4º	Quitandinha	Metropolitana de Curitiba	0,46	0,618	34,35%
5º	Saudade do Iguaçu	Sudoeste Paranaense	0,497	0,651	30,99%
6º	Boa Ventura de São Roque	Centro Sul Paranaense	0,494	0,647	30,97%
7º	Altamira do Paraná	Centro Ocidental Paranaense	0,474	0,616	29,96%
8º	Candói	Centro Sul Paranaense	0,499	0,641	28,46%
9º	Mandirituba	Metropolitana de Curitiba	0,472	0,602	27,54%
10º	Jardim Olinda	Noroeste Paranaense	0,44	0,558	26,82%
<b>MÉDIA</b>					<b>31,94%</b>